

AUGUSTO DA COSTA

PORTUGAL

VASTO

IMPÉRIO



AUGUSTO DA COSTA

---

PORTUGAL

---

VASTO IMPÉRIO

---

UM INQUÉRITO NACIONAL

---

---

LISBOA ■ IMPRENSA



NACIONAL ■

1 9 3 4

DO AUTOR:

*CREPÚSCULO DOS DEUSES*

COLECÇÃO DE ESTUDOS POLÍTICOS,  
ECONÓMICOS E SOCIAIS—IV • 1933

*A NAÇÃO CORPORATIVA*

TEXTOS LEGAIS COMENTADOS E JUSTIFICADOS (2.<sup>a</sup> EDIÇÃO AMPLIADA)  
IMPRESA NACIONAL • 1934

*APOLOGIA DO IMPÉRIO  
PORTUGUÊS*

IMPRESA NACIONAL • 1934

*LEGISLAÇÃO SÔBRE O  
HORÁRIO DE TRABALHO*

LIVRARIA J. RODRIGUES & C.<sup>a</sup> • 1934

A SAIR:

*FACTOS & PRINCÍPIOS  
CORPORATIVOS*

A  
M E U  
F I L H O  
*CARLOS ALBERTO*  
DE CINCO ANOS DE IDADE

NA ESPERANÇA DE QUE, AO CHEGAR À IDADE  
ADULTA, O IMPÉRIO PORTUGUÊS SEJA  
UMA REALIDADE VIVA, DA QUAL  
ESTAS PÁGINAS TENHAM  
SIDO UM TÍMIDO  
PRENÚNCIO

MEMORANDUM  
FOR THE RECORD  
SUBJECT: CARLOS ALBERTO  
THE CHIEF OF BUREAU

AS EMPLOYEE IN THE...  
APPOINTED TO THE...  
THE...  
THE...

...

...

As Ferramentas Pessoa,  
valioso colabrado des-  
te livro, com os apa-  
decimentos e a admi-  
ração do

## INTRODUÇÃO

Supremo

Nov. 34





Quando dizemos: «o futuro de Portugal está nas colónias», não empregamos um simples tropo literário; porque, de facto, se as colónias portuguesas constituem o pouco que nos resta do que foi um grande património colonial — o património colonial de uma nação que descobriu quasi todo o mundo desconhecido da idade média —, constitue ao mesmo tempo a garantia do nosso futuro económico e político.

Portugal, por maiores que sejam as riquezas da metrópole, seria, sem as colónias, um país pobre. Politicamente, sem as colónias, ficaríamos reduzidos a uma simples expressão geográfica, sem qualquer espécie de significado positivo no concerto da Europa.

De facto, Portugal é a terceira potência colonial do mundo. Mas — coisa extraordinária! —, sendo Portugal a terceira potência colonial do mundo, não temos opinião pública que se interesse pelas cousas das colónias. Só em casos extremos, quando os perigos que ameaçam a integridade do nosso território colonial só se não tornam visíveis a quem, voluntária ou involuntariamente, os não quiere ver, e o rumor das asas dos abutres que sobre êle voam só não é ouvido por quem, voluntária ou involuntariamente, não quiere ouvir — só nos momentos extremos é que a opinião pública dá acôrdo de si e a consciência nacional reage.

A tempo? Tardiamente?

Os factos responderão a estas duas interrogações. Na certeza porém de que, qualquer que seja essa resposta, os responsáveis pela situação criada não deixarão de merecer as sanções da Justiça. Quaisquer que êles sejam, por mais alto ou mais baixo que estejam colocados, por forma alguma devem ou podem escapar a uma justa punição dos seus erros e crimes.

Está bem que a Alemanha precise de colónias; está bem que a Itália delas necessite também para campo de expansão da sua actividade econó-

mica e política sempre crescente; mas se os aliados quiserem fazer as pazes com a Alemanha, e se, por via dessas pazes, lhe querem restituir as colónias, não é justo que sejamos nós, aliados nos campos de batalha contra a Alemanha, quem tenha de pagar as custas da generosidade alheia . . .

Da mesma forma não é justo que sejamos nós, aliados também da Itália, quem tenha de prover com as riquezas dos nossos territórios às necessidades expansionistas desta potência. A entrarmos por êste caminho, estaríamos dentro em pouco oficialmente considerados «o homem doente» do século XX, como no século XIX o foi a Turquia, e todos os acordos feitos entre as grandes potências, para garantir a estabilidade e o equilíbrio da Europa, seriam feitos à nossa custa, em prejuízo do nosso património. É contra essa situação deprimente que poderíamos nós fazer, se alguma coisa não fizermos agora que de um modo definitivo consiga afastar dos nossos olhos essa dolorosa perspectiva?

Há um binário conjugado de esforços tendentes a desapossarem-nos do que constitue a garantia do nosso futuro como povo independente. São, por um lado, os conluios diplomáticos das altas potências que pretendem oferecer à Alemanha, sob a forma de um mandato, para contarem com a sua amizade no futuro, um património colonial que não lhes pertence, e são, por outro lado, os agentes, mascarados ou desmascarados, conscientes ou inconscientes, que em Portugal lançam a rêde sôbre os pontos nevrálgicos da nossa economia colonial, de modo a que amanhã, quando a Sociedade das Nações queira dar à Alemanha um mandato nas nossas colónias, se possa dizer que êsse mandato é o reconhecimento jurídico de uma situação de facto, visto grande parte, senão a maior parte dos interesses económicos, comerciais e industriais das nossas colónias estar, desde há muito tempo, nas mãos da Alemanha.

Há anos<sup>1</sup>, em plena campanha eleitoral, O Mundo censurava o Diário de Notícias e acusava-o de mau republicano — sabem porquê? — porque o Diário de Notícias, pela pena de um dos seus colaboradores mais assíduos e do seu correspondente em Paris, ousava chamar a atenção do público para as nuvens que, dia a dia, se acastelavam sôbre o nosso domínio colonial. No entender de O Mundo, a atitude do seu colega e vizinho era filha de um republicanismo suspeito: não se compreendia que, no auge da propaganda eleitoral, um dos jornais de maior circulação no País des-

---

<sup>1</sup> Novembro de 1925.

viasse a atenção do público do acto eleitoral — operação sempre de grande transcendência, sobretudo entre nós... — para a concentrar sobre um hipotético (?) perigo pairante sobre as colónias portuguesas... Pois o mesmo Mundo, passado o momento eleitoral, foi o primeiro a noticiar que se ia entrar num período de grande agitação pró-colónias, aguardando-se para isso a chegada a Lisboa de alguns vultos eminentes da nossa política, e que os perigos que nos ameaçavam eram de tal ordem, que seriam maus portugueses aqueles políticos que, acima dos interesses mesquinhos da política partidária, não soubessem colocar o interesse nacional!

A pena é uma arma de combate que não deve servir apenas nas encruzilhadas da política; escrever é uma profissão que implica sérios deveres, mesmo num país de grande maioria de analfabetos, não permitindo aos que a praticam dispersar-se em estereis diletantismos literários, no momento em que é preciso lançar mão de todas as armas para defender a integridade do património nacional. A força da imprensa é enorme; a sua difusão, se fomenta um aumento de criminalidade quando os jornais se preocupam com toda a espécie de crimes, desenvolvendo-os até ao infinito, e fazendo assim jus à doentia curiosidade pública, pode também gerar grandes movimentos colectivos, como gerou, por exemplo, entre nós, no momento da viagem aérea Lisboa-Rio de Janeiro. O que então se conseguiu, a apoteose grandiosa feita aos dois grandes aviadores portugueses, poderá ser realizado amanhã no mesmo plano nacional, mas com outro objectivo, se todos os jornais para isso se concertarem.

Vem a propósito enquadrar aqui as linhas seguintes, que constituem o resumo, dado pelo Império, dos fins do «Dia Colonial» italiano:

1º Mettre à l'ordre du jour de la nation les problèmes de colonisation, et mobiliser les esprits autour de ces problèmes;

2º Établir les rapports existant entre la colonisation et l'émigration;

3º Attirer l'attention du capital sur les possibilités coloniales;

4º Étudier le problème colonial au point de vue des matières premières, pour dégager l'Italie de la servitude étrangère;

5º Démontrer au peuple italien que la prospérité économique est en dépendance étroite avec la possession d'un vaste, riche et puissant empire colonial;

6º Rappeler l'esprit aventureux des grands navigateurs, des grands explorateurs, des grands cultivateurs et des grands soldats pour la mission qui nous fut assignée depuis des siècles, à savoir sillonner toutes les mers avec nos produits, nos armées et notre invincible hardiesse;

7º Répandre à travers les continents ténébreux la lumière de notre civilisation méditerranéenne et l'imposer avec cette énergie romaine qui, en exportant ses lois et sa supériorité civile, justifiait sa domination;

8º Trouver de nouvelles sources de vie et de richesse pour la patrie et porter le nom et le drapeau de Rome le plus loin possible, victorieusement.

*Seguidamente, expostos estes oito objectivos fundamentais, o Impero acrescentava:*

*«Que ce ne soit point là une raison d'alarme pour l'étranger; nous n'entendons nullement guerroyer par dilettantisme, mais il est bon de faire entendre que les italiens sont prêts à se battre pour la réalisation de leur programme colonial. Comment prétendre que 42 millions d'individus, et quels individus, se contentent du plat de lentilles qui leur est échu jusqu'à présent; il nous faut de l'air pour respirer, de la terre pour nous étendre, du charbon et du pétrole pour nous réchauffer et pour nos machines, des horizons et des flots pour l'héroïsme et pour la poésie. De notre race émane aujourd'hui tant de puissance physique que son droit de se répandre à travers le monde est indiscutable comme le droit des torrents à se précipiter vers la mer».*

*Em face destas palavras claras e terminantes, que temos nós a fazer? Unir fileiras, formar quadrado! Não que as colónias portuguesas sejam directamente visadas nas linhas acima transcritas, mas porque todos os caminhos vão dar a Roma. Pôs-nos em perigo o pangermanismo de antes da guerra; põe-nos igualmente em perigo o panlatinismo da Itália mussolinica.*

*Em resumo, que se pretende? Que em Portugal se faça uma mobilização dos espíritos, idêntica à que a Itália iniciou já. Não devemos seguir apenas os maus exemplos que de fora nos chegam; devemos seguir, antes de tudo, os bons. E o exemplo da Itália é um dos melhores.*

*Lembre-mo-nos de que somos um grande império colonial, e o mais antigo de todos êles: e ou nos afirmamos capazes de manter no mundo a nossa situação de terceira potência colonial, ou seremos inexoravelmente espoliados desse império grandioso, quer pela Itália, quer pela Alemanha.*

*Eis o fundamental, o importante, o necessário. Se a imprensa assim o compreender também, terá merecido o reconhecimento nacional.*

*Derrotismo? Não. Pelo contrário. Obra de fé, obra de esperança — e até obra de caridade, porque é uma obra de caridade ensinar os ignorantes. O que os jornais devem levar aos quatro cantos do País não é que «o País está irremediavelmente perdido», ou que «as colónias portuguesas hão-de passar, inexoravelmente, às mãos de terceiros, porque não temos capital-homens nem capital-dinheiro para as salvarmos». O que a imprensa deve proclamar, gritar, ensinar ao País, é que as colónias portuguesas deixarão inexoravelmente de ser nossas se não as soubermos a tempo defender por todos os meios — mesmo pela força.*

*A raiz de todos os grandes movimentos está sempre uma pequena minoria de indivíduos. Em minoria sob o ponto de vista numérico, êsses indivíduos constituem, no entanto, a verdadeira maioria dinâmica. São êles que acordam a massa, a orientam e a conduzem. Foi sempre assim. ¿Porque não há-de voltar a ser assim?*

*A Revolução francesa, na sua parte filosófica, a democracia moderna de onde vem, senão dos filósofos, dos pensadores, dos escritores do século XVIII? O pangermanismo, que unificou a Alemanha à volta da Prússia, e dela fez o grande Império que a guerra momentaneamente abateu, que é, senão a obra dos escritores, filósofos e poetas da Alemanha?*

*O imperialismo italiano, na sua fase actual, que é, senão uma consequência do Renascimento e uma obra dos escritores e doutrinários da Idéa Nazionale?*

*O formidável movimento contra-revolucionário desencadeado no mundo das ideias — e dos factos — pela Action Française, que é, senão o fruto de uma elite de escritores, cheios de talento, de fé, e de ardor, à frente da qual se encontra Maurras?*

*A terra portuguesa tem o seu destino preso, neste momento, à sorte de uma batalha. A mobilização dos espíritos deve preceder a mobilização dos corpos. Nem só no campo de batalha se combate; a pena é também uma espada e cada um de nós tem o dever de a utilizar o melhor que puder e souber, enquanto forças tenha. O primeiro dever de todo o jornalista, o dever capital de todo o escritor, é servir, na medida das suas forças, a grandeza nacional. O interesse da nação prima tudo. Como Fausto gritava, pode o interesse nacional gritar-nos: «Debout, mes serviteurs! Debout jusqu'au dernier! Pour accomplir ce grand ouvrage, un esprit suffit à mille bras . . . Je veux ouvrir à des millions d'hommes de nouveaux espaces où ils habiteront dans une libre activité. Celui-là seul mérite la liberté comme la vie, qui sait chaque jour se la conquérir»!*

*A p. 37 de Notre Avenir, o general Bernhardini, um dos maiores apóstolos do pangermanismo e da guerra alemã, escrevia que «mettre la presse au service de notre politique et de notre civilisation doit être regardé comme une des tâches les plus importantes du gouvernement impérial. Avec quelques millions on peut faire dans ce domaine de grandes choses. Ai de nós, que não possuímos os milhões necessários. Mas, até certo ponto, o patriotismo dos escritores portugueses pode suprir a ausência dos milhões necessários à propaganda da Pátria portuguesa; bastará que esses escritores se resolvam a iniciar a Cruzada para a Reconquista de Portugal, e, num esforço colectivo, venham secundar os franco-atiradores isolados, cuja voz até agora quasi que se tem perdido em pleno deserto, num deserto imenso onde ninguém ouve, porque não há viv'alma.*

*Poderia citar nomes. Mas é melhor não personalizar o que, por essência, é um dever colectivo. A grande maioria, porém, dos escritores e jornalistas portugueses tem-se consumido até agora numa literatura de água chilra e numa política de emboscadas, sem inteligência nem nobreza.*

*Arrepiemos pois caminho, enquanto é tempo. Desviemos os olhos das misérias dos partidos e elevemo-los para a grandeza da Nação. «Voulons-nous nous élever à la hauteur d'une puissance mondiale, nous maintenir à cette hauteur et procurer à l'esprit et au génie allemand sur toute la surface du globe le respect qui leur est dû et qui leur est encore refusé aujourd'hui? Nous voulons-nous le ressort nécessaire pour tendre de toutes nos forces à ce but? Sommes-nous prêts à faire les sacrifices qu'il exigera certainement de nous? Ou bien voulons-nous reculer devant les forces qui nous sont hostiles, pour déchoir petit à petit au triple point de vue économique, politique et national? Voilà le fond de la question: Être ou ne pas être, tel est le dilemme qui se pose à nous, aujourd'hui».*

*Ser ou não ser! O dilema que o general Bernhardini punha diante dos seus compatriotas, num capítulo de Notre Avenir intitulado Puisseance mondiale ou décadence, é exactamente o mesmo que hoje se põe aos olhos de todos os portugueses dignos deste nome. Foi com uma actividade intelectual e espirital desta espécie que se fez a unidade alemã e o Império alemão se organizou à volta da Prússia. O cimento com que se edificou o grande edifício dos Hohenzollern foi intelectual antes de ser político: não é preciso ser germanófilo para o reconhecer, e muito menos para seguir em Portugal o mesmo caminho.*

*Aos intellectuais portugueses se impõe, pois, o dever sagrado de levantar as forças morais do País, acordando a consciência nacional. «O abaixamento do nível do espírito público, que invade e arrasta tudo, é espantosamente rápido», mais rápido ainda que em 1885, quando Antero escrevia. No facto, a imprensa, não há escondê-lo, tem graves responsabilidades: porque os jornais e jornalistas que são capazes de manter o espírito público em tensão durante um mês seguido, dando-lhe todas as minúcias e particularidades de um crime misterioso, são os mesmos que se negam, pelo cansaço, a manter no público esse mesmo estado de espírito, quando se trata de mostrar os perigos que ameaçam as colónias portuguesas, e de acautelar o País contra qualquer surpresa desagradável. A uma chicotada na dignidade nacional, vibrada por qualquer nação justamente ambiciosa do seu futuro, correspondem três dias de agitação verbal; ao quarto dia, por intervenção do cansaço intelectual de quem escreve e dos conselheiros que dão sentenças, à agitação succede de novo um longo lapso de miserável silêncio. O Lázaro português, para se levantar e caminhar, exige um milagre permanente . . .*

*Não precisam aqueles a quem neste momento me dirijo que eu leve mais longe o exame do problema nacional: o simples enunciado da questão é bastante para determinar uma attitude. ¿Qual é, qual será essa attitude?*

*Eis o que nós pretendemos saber, colocando perante os intelectuais portugueses este pequeno questionário:*

- I—¿Sim ou não Portugal, potência de primeira grandeza na Renascença, guarda em si a vitalidade necessária para manter no futuro, na nova Renascença que há-de seguir-se à Idade-Média que atravessamos, o lugar de uma grande potência?
- II—¿Sim ou não Portugal, sendo a terceira potência colonial, tem todos os direitos a ser considerada uma grande potência europeia?
- III—¿Sim ou não Portugal, amputado das suas colónias, perderá toda a razão de ser como povo independente no concêrto europeu?
- IV—¿Sim ou não o moral da Nação pode ser levantado por uma intensa propaganda, pelo jornal, pela revista e pelo livro, de forma a criar uma mentalidade colectiva capaz de impor aos políticos uma política de grandeza nacional?  
¿Na hipótese afirmativa, qual o caminho a seguir?

*Eis os quatro quesitos que tomo a liberdade de submeter ao patriotismo dos intelectuais portugueses. O exame das suas respostas dará ocasião a que o nosso caminho se torne mais claro, melhor definido o nosso campo de acção, porque ficaremos sabendo quem é pela Nação e quem é contra ela.*

*É um inquérito que o autor considera interessante sob o ponto de vista nacional, quer pelas quatro perguntas formuladas no questionário, quer pelas afirmações que podem ser feitas à sua volta. E para quê, o leitor verá... O seu único objectivo é chamar a atenção dos portugueses para a riqueza abandonada do nosso património colonial, e ao mesmo tempo convencer a opinião pública — que tanto precisa ser esclarecida — de que se nós, portugueses, quisermos, Portugal voltará a ter no futuro um destino idêntico ao que teve no passado, e digno dêle.*

*Com efeito, não é demais perguntar aos portugueses com responsabilidades intelectuais se Portugal terá dentro de si as virtudes necessárias para o conduzirem a pôrto de salvamento. Cantada em todos os tons, a ária da decadência dos povos peninsulares não poderia deixar de nos entorpecer as fibras, de nos adormentar a consciência e de nos conduzir à triste situação do macaco que põe as mãos nos ouvidos e se deixa ir para o fundo... Façam os intelectuais portugueses do século XX o invés do que fizeram os seus camaradas do século XIX: em vez de cantarem a ária da decadência de Portugal, cantem a ária da sua grandeza,*

*não à maneira saüdosista, numa estéril contemplação do passado, mas de uma forma eminentemente dinâmica, e teremos em Portugal, dentro de poucos anos, uma consciênciã colectiva capaz de gerar um movimento nacional similar do que gerou o pangermanismo na Alemanha e do que está impulsionando o panlatinismo italiano.*

*Convençamos o País de que Portugal é a terceira potência colonial, e, por essa mesma razão, uma grande potência europeia. A terceira potência colonial do mundo não pode deixar de ser, pela própria fôrça das circunstâncias, quer o queiram, quer não, uma grande potência europeia.*

1926/1933.



DEPOÏMENTOS



# I

## Dr. Afonso Lopes Vieira

Eis a resposta prometida, que o alto espírito de português que é Afonso Lopes Vieira, arauto incansável do nosso *reaportuguesamento*, teve a gentileza de me dirigir. A minha primeira pergunta fôra:

*I—¿Sim ou não Portugal, potência de primeira grandeza na Renascença, guarda em si a vitalidade necessária para manter no futuro, na nova Renascença que há-de seguir-se à Idade-Média que atravessamos, o lugar de uma grande potência?*

A resposta de Afonso Lopes Vieira, escrita naquela nobre e doce linguagem portuguesa de que só êle parece guardar, em nossos dias, o segredo, foi esta:

O renascimento da consciência nacional que se operou nos últimos vinte anos há-de ser visto com assombro no futuro. Ao patriotismo retórico, que se opunha (ainda assim com nobreza) ao negativismo da geração de Eça de Queiroz e Oliveira Martins, sucedeu um patriotismo *consciente* — o que já anima o escol da mocidade contemporânea. Das ciências matemáticas à história da arte, da história à filosofia, o reaportuguesamento de Portugal produziu-se de tal sorte, que o espírito da Nação cobrou em nossos dias novas razões de imortalidade. Até quando o seu relêvo se apagasse nos mapas, Portugal continuaria a ser *inconquistável*. Porém ao grandioso trabalho efectuado na ordem do espírito, tem correspondido a constante negação do Estado, por excelência *anti-nacional*. É precisamente esta dualidade de formidável antagonismo — a Nação vivendo com o Estado a matá-la — o que constitue a tragédia da vida portuguesa contemporânea. No dia em que o

espírito *vivo* da Nação se libertar daquela matéria morta, então começará a nova história de Portugal.

O caminho andado, com efeito, na estrada do renascimento moral e espiritual da Nação, desde que a geração negativista de Antero, Eça e Oliveira Martins desapareceu, é já longo — mas ainda não atingiu o seu destino. Dos obreiros da *Portugalia* aos da *Nação Portuguesa*, à qual o alto espírito de António Sardinha se consagrou por inteiro, elevando-a ao seu maior esplendor — desde os obreiros da *Nação Portuguesa* aos da *Lusitânia* —, uma boa dezena de grandes portugueses se tem consagrado e devotado a uma obra intensa de reivindicação nacionalista, pondo a nu os alicerces morais, territoriais, espirituais, da Nação, e levantando aos olhos do estrangeiro ignorante ou desdenhoso — quando não desdenhosamente ignorante . . . — a larga contribuição dada pelo extremo-ocidente português à civilização moderna.

Dessa geração negativista, e da que se lhe seguiu, alguns entre os principais tiveram tempo ainda de se arrepender: Oliveira Martins, Antero, Eça, Ramalho, Fialho, Junqueiro . . . Mas — ai dêles e ai de nós! — era tarde para arrepiar caminho. Os discípulos haviam já conduzido às suas conseqüências extremas as terríveis lições dos mestres; imbuídos do preconceito materialista do *Progresso-Indefinido*, não admitiam que a inteligência se rectificasse: o acto de contrição dos seus mentores era por êles tido como uma apostasia miserável. Estavam incapacitados de compreender o arrependimento ou a conversão; e essa incapacidade de compreensão das meias *élites*, e das turbas por elas deseducadas, deu maior tristeza e maior amplidão ao drama dos homens que ilustraram o pensamento português na segunda metade do século XIX.

Hoje, porém, o «espírito *vivo*» da Nação está pôsto a nu. Portugal não é um simples rincão da Península arrancado ao bloco político da Espanha por obra do acaso: Portugal tem dentro de si próprio a razão de ser da sua autonomia espiritual e política; e tam grande e imperiosa é essa razão de ser, que «até quando o seu relêvo se apagasse nos mapas, Portugal continuaria a ser inconquistável». ¿O Estado, porém, mata a Nação? Motivo capital para que o nosso combate a um Estado criminoso se intensifique; a um Estado que é criminoso não pela forma política que reveste — monárquica ou republicana — mas pelo que na sua própria essência, nos princípios que o enformam, se guarda de anti-humano, de ferozmente centralizador, nos domínios administrativos cujo govêrno lhe não compete, e de bárbaramente inconsciente no domínio *nacional*, em cuja defesa consiste a sua primeira missão.

A segunda interrogação formulada no meu questionário foi esta:

II—¿*Sim ou não Portugal, sendo a terceira potência colonial, tem todos os direitos a ser considerada uma grande potência europeia?*

Eis a resposta de Afonso Lopes Vieira:

Portugal foi e continua sendo uma *grande potência*. Tem, pelo menos, espalhadas à flor do universo, oitenta milhões de almas e mantém o seu imperialismo lingüístico no Brasil, criação do seu génio. A noção constitucionista, parlamentar, *oficial*, do *Portugal pequeno país* (tam criminosa e estúpida-mente estampada em livros escolares!) a nova consciência nacional tem de opor esta outra noção, certa por científica: *Portugal vasto Império*. E toda a futura política portuguesa terá de ser orientada por essa exacta noção histórica — quando em Portugal houver homens de Estado, e não apenas ridículos títeres de parlamento ou comício, os quais totalmente desconhecem o sentido, a fisionomia histórica e moral da Nação e a capacidade do seu âmbito futuro.

*Portugal vasto Império*. A fórmula está encontrada, e figura já na cabeça dêste inquérito. Não se trata de uma exagerada ambição nacionalista. Não é uma consequência de um misticismo rácico exaltado, é tam sòmente *um facto histórico*, palpável, iniludível. Os povos fortes, e novos, como a Alemanha, a Itália ou a África do Sul, que nos cobiçam as *províncias ultramarinas*, porque o fazem? Porque, sendo fortes, tendem naturalmente a expandir-se, animados por um espírito imperialista que os há-de conduzir à constituição territorial de um Império. Portugal faz precisamente o contrário: tendo um Império grandioso e riquíssimo além-mar, confessa-se oficialmente um *país pequeno*, e deixa, por um abandono criminoso, que as outras nações nos disputem um património ultramarino que nos ennobrece. ¿Não vimos nós um delegado português à Sociedade das Nações afirmar que a candidatura de Portugal a um lugar no Conselho da Sociedade não havia sido posta, porque êsses lugares estavam destinados apenas às grandes potências, às potências que tivessem mais de 20 milhões de almas? Para a inconsciência dêste diplomata português, um país como Portugal, que tem, pelo menos, «espalhadas à flor do universo, oitenta milhões de almas, e mantém o seu imperialismo lingüístico no Brasil», Portugal é uma pequena potência, indigna de figurar ao lado da Espanha e da Suécia!

É a mentira oficial, do *Portugal pequeno país*, consagrada diplomáticamente; que admira que ao depois os estrangeiros nos considerem em po-

lítica internacional simples *quantité négligeable*? E no entanto, no dia em que Portugal, compenetrado dos seus destinos, governado por homens que não sejam simples «títeres de parlamento ou comício», aproximado, de uma banda, da Espanha, ligado estreitamente ao Brasil, por outra, valorizadas todas as suas províncias ultramarinas — Portugal, ao lado da Espanha e do Brasil, terá nas suas mãos o senhorio do Atlântico e a chave ocidental do Mediterrâneo. Não: virtualmente, pelo menos, Portugal é ainda hoje uma *grande potência*. Se o Estado e a sua diplomacia o não compreendem assim, compreendem-no todos os portugueses dignos dêste nome; e se o Estado passa, se os diplomatas passam — os portugueses ficam.

Eis a terceira pergunta do questionário:

III—¿*Sim ou não Portugal, amputado das suas colónias, perderá toda a razão de ser como povo independente no concôrto europeu?*

Afonso Lopes Vieira responde:

Sem as nossas *províncias ultramarinas* (o nome, clássico, logo indica a sua integração na terra-mãe do continente), Portugal viria a ser uma sorte de casino luminoso e de clima suave, apetecível para os amadores internacionais de jôgo e sol.

Verdade que nunca será demasiadamente repetida. Sem as suas províncias ultramarinas, Portugal não seria certamente absorvido pela Espanha, que nunca para tal teve capacidade noutro tempo, que para tal não tem capacidade hoje em dia. Não, nunca seríamos absorvidos; talvez mesmo conseguíssemos guardar a nossa independência política perante a aliança inglesa; mas, pergunta-se: ¿qual seria, daí em diante, a nossa finalidade histórica? ¿Viver do sol e do mar, vendidos aos estrangeiros em acções de sociedades turísticas? ¿Arranjar as estradas para que os estrangeiros visitassem pela terra portuguesa fora, sacrilegamente, as memórias de um *país que foi*? ¿Entregar os pontos estratégicos do continente e das ilhas à rainha dos mares, para que o *mare nostrum* fôsse definitivamente pertença de outrem? ¿Sombrio e trágico destino, por mais dourado que seja o sol de Portugal, por mais luminoso que seja o mar, por mais doce que seja o clima! Sacrilégio seria que tal acontecesse; mas maior sacrilégio ainda, e crime de traição à Pátria, é haver portugueses capazes de pensar que isso pudesse acontecer, e que, a dar-se tal hipótese, outro seria o nosso destino histórico!

Quarta e última interrogação:

IV—¿*Sim ou não o moral da Nação pode ser levantado por uma intensa propaganda, pelo jornal, pela revista e pelo livro, de forma a criar uma mentalidade colectiva capaz de impor aos políticos uma política de grandeza nacional?*

¿*Na hipótese afirmativa, qual o caminho a seguir?*

Resposta:

Creio que o nosso dever é manter e sublimar o espírito da Nação, a fim de o iluminarmos no presente e o transmitirmos aos vindouros.

Nos dias de hoje, a maior dor é sentirmo-nos na Pátria — *estrangeiros*. Na mediocridade e no crime do que continua a arrastar-se, Portugal é o nosso cativo de Argel. Enquanto o espírito da Nação se não impõe, guardem os cativos a lembrança imortal da Pátria. Guardem-na e sublimem-na na própria dor da *Pátria ausente* e, sobretudo, na certa esperança do resgate de algum dia.

O inquérito fala do «moral da Nação». O moral da Nação somos nós, os portugueses, a parte que com ela sofre, nela crê e por ela vive. O resto é o *mouro* — o inimigo hereditário do território geográfico e espiritual. A reconquista tem de fazer-se pela *educação pública*, mas só pode começar sob um comando nacional de autoridade. Neste sentido, Portugal está outra vez para nascer . . .

. . . Se «o moral da Nação somos nós, os portugueses, a parte que com ela sofre, nela crê e por ela vive», cumpramos o dever que essa nobre qualidade moral e espiritual nos impõe: combatamos o *mouro*, onde quer que êle esteja, dentro ou fora das nossas fronteiras geográficas. Quebremos as algemas do cativo!

Não falo por Afonso Lopes Vieira, que, no seu isolamento e no seu silêncio, nunca deixou de ser o animador desta reconquista sagrada da *reaportuguesação* de Portugal. Falo por todos os que pelas comodidades da política ou da literatura têm esquecido a sua qualidade de portugueses. ¿Haverá porventura o direito de nos considerarmos portugueses históricos e estrangeiros contemporâneos? Não. Não há direito; existe apenas um dever: empunhar a espada e entrar na cavalaria militante, pela dilatação espiritual e pela manutenção territorial do império português. O comando nacional da autoridade, sim, é necessário; a esperança na redenção futura de Portugal, sim, é um nobre sentimento . . . Mas creio que melhor seria ainda, se todos descêssemos à liça, educando e preparando o público para êsse comando nacional da autoridade; incutindo nêle a mesma esperança que nos anima de um resgate futuro de Portugal; fazendo, enfim, com que Portugal nasça outra vez — e torne a ser grande como grande foi!





## II

# Dr. Pequito Rebêlo

Continuemos ouvindo os que podem e devem falar. O Dr. José Pequito Rebêlo é uma vasta inteligência, no domínio das generalidades que formam um espírito, e uma comprovada competência, nos domínios da economia e da técnica agrícola, com o seu lugar bem vincado entre os primeiros lavradores de Portugal. *Primus inter pares*, é uma verdadeira *autoridade social*, no sentido que Le Play atribue à expressão. O seu depoimento é valioso, sob todos os aspectos. Ei-lo:

*I—¿Sim ou não Portugal, potência de primeira grandeza na Renascença, guarda em si a vitalidade necessária para manter no futuro, na nova Renascença que há-de seguir-se à Idade-Média que atravessamos, o lugar de uma grande potência?*

A êste primeiro parágrafo do questionário, o Dr. Pequito Rebêlo responde:

Portugal, nação agrária e colonial, tem grande futuro na próxima Renascença, que, no ponto de vista da riqueza, será caracterizada pela hegemonia da agricultura, e pelo desenvolvimento definitivo da colonização. Êste futuro económico será condicionado pela ordem, no campo político-social, e pela difusão da civilização ocidental e cristã, no campo espiritual.

Tanto no ponto de vista económico, no duplo aspecto agrário e colonial, como no ponto de vista espiritual e social, Portugal guarda no fundo de si mesmo a vitalidade necessária para vir a ter um futuro igual ao seu passado.

Agricultura e colonização! Apraz-nos falar dêstes dois pontos capitais da vida nacional, tam descuidados pelos governos, precisamente, é

claro, porque, sendo nacionais, interessam à Nação e não interessam aos partidos . . . O que vale a hegemonia da agricultura, está a demonstrá-lo indirectamente a greve geral que neste momento assoberba a Grã-Bretanha. A *greve negra* dominou tudo, não pode mesmo deixar de dominar tudo, num país onde a agricultura se encontra reduzida à sua expressão mais simples, num país onde, em contra-partida, a indústria atingiu o seu esforço máximo. A Inglaterra é uma nação que não produz o necessário para se alimentar, e que é obrigada a pedir à importação  $\frac{5}{7}$  dos alimentos que consome. Paralisada a sua vida industrial por qualquer razão de ordem interna, desequilibrada a balança comercial, o inglês não tem com que se alimentar: a agricultura apenas lhe fornece o necessário para consumir dois dias na semana. É o que lhe está acontecendo hoje, com a greve geral determinada pela crise mineira, que por sua vez é uma consequência do saneamento financeiro da Inglaterra, da volta da libra ao par; e é o que está demonstrando quanto a agricultura tem de fundamental para a vida de um país.

Um país que se não basta a si próprio é um país sujeito a todas as contingências económicas e sociais externas. A *greve* inglesa vai obrigarnos à supressão de alguns combóios de passageiros. É um mal, evidentemente. Mas é, em todo o caso, um acidente. Pior do que isto é a drenagem normal de ouro português para o estrangeiro, para a aquisição de um trigo que bem poderia ser produzido dentro do país. ¿Porquê essa drenagem anual? Porque ainda não tivemos um govêrno capaz de encarar de frente a questão — resolvendo-a. Porque não temos um *Homem* — êste substantivo, que a Isabel, a Católica, serviu para adjectivar D. João II, o nosso Príncipe-Perfeito, êsse cabe bem aqui . . . —, porque não temos um Homem capaz de fazer em Portugal o que Mussolini fez na Itália: subordinar todos os interêsses particulares dos indivíduos aos interêsses gerais da nação.

O problema do trigo, porém, postula o problema da colonização interior no sul do País, e a colonização exterior, nas nossas ricas e cobichadas províncias ultramarinas. Mas, ai de nós! ¿quem é que o há-de resolver, se os governos, mandatários dos partidos, servos dos seus interêsses particulares, se esquecem de que o Alentejo poderia bem ser um farto celeiro de Portugal, e de que as províncias ultramarinas podem, e *devem ser*, uma longa fonte de riqueza para o País, uma extensão territorial, espiritual e moral, da metrópole e da civilização portuguesa?

«Êste futuro económico será condicionado pela ordem, no campo político-social, e pela difusão da civilização ocidental e cristã, no campo espiritual», diz o Dr. Pequito Rebêlo. E diz bem. Resta apenas saber

quando é que a ordem político-social necessária será imposta, e quando é que a civilização ocidental encontrará, ao cimo do Estado, um órgão digno dela . . . Adiante.

II—¿*Sim ou não Portugal, sendo a terceira potência colonial, tem todos os direitos a ser considerada uma grande potência europeia?*

Resposta:

Portugal tem todos os direitos a ser considerado como uma grande potência colonial, contanto que essa consideração comece a ser tida pelos próprios portugueses como Nação e como Estado. Parece-me claro que a melhor maneira de exigir respeito *externo* para com êsses direitos é crermos nêles praticamente, nós portugueses, organizados em colectividade política e em função de govêrno competente que não descure e atraíçoe as colónias.

Esta resposta, exacta no fundo e na forma, reata o fio das considerações acima quebrado. Os nossos direitos são manifestos; ¿como, porém, efectivá-los, se nós próprios somos os primeiros, praticamente, a desconhecê-los? Escusado será repetir que nós, portugueses, de forma alguma estamos organizados em colectividade política e em função de govêrno competente. Ah, se o estivéssemos! Mas, não estamos, e daí provém todo o nosso mal. É por isso que não temos governos competentes nem política nacional: ministros escolhidos ao sabor das conveniências pessoais e partidárias, política de corrilhos sobreposta à política do interesse nacional — ¿como é que o navio português há-de singrar bem no mar tempestuoso da política mundial?

Nestas circunstâncias, não é para admirar que os governos descurem as colónias, e as atraíçoe, com o abandono a que as votaram. Como evitar, porém, que os governos sigam por êsse pendor criminoso, senão criando um largo movimento, *nacional* e *nacionalista*, capaz de acordar o País inteiro e de convencê-lo da existência do seu riquíssimo património ultramarino? Porque Portugal ignora que é a terceira potência colonial do mundo; ignora-o o País, ignoram-no os seus governantes; e essa ignorância, precisamente, é que nos coloca na obrigação, melhor, nos impõe o dever, a nós, portugueses, que nos preocupamos com as cousas sagradas de Portugal, de levantar o moral da Nação por uma intensa campanha pela letra redonda, por um movimento de larga penetração, em prol do nosso património ultramarino. Não nos antecipemos, porém, ao que, *in fine*, escreve o Dr. Pequito Rebêlo.

Vejamos a terceira pergunta do questionário:

III—*Sim ou não Portugal, amputado das suas colónias, perderá toda a razão de ser como povo independente no concôrto europeu?*

Responde:

Portugal perderia toda a razão de ser, amputado das suas colónias, isto digo eu também agora; porém, se a hipótese desastrosa se viesse a realizar, eu diria o contrário.

Também eu e todos os portugueses dignos dêsse nome. A perda das colónias seria até — quem sabe? — um aguilhão que nos impeliria para uma reacção, não digo violenta, mas profunda, da consciência nacional. É possível que daí nascesse uma época nova, e essa hipótese desastrosa fôsse um marco miliário no caminho da regeneração nacional... Mas será melhor, e sobretudo mais seguro, não estribarmos numa teoria catastrófica a regeneração nacional. Não o faz o Dr. Pequito Rebelo, bem sei. Acontece, porém, que a teoria catastrófica tem já o seu lugar em certos meios políticos, que entendem por melhor deixar que Portugal conheça até ao fundo o cálix das fezes, para então procurarem arrancar-lho das mãos; e seria bom que tal teoria não passasse nunca do domínio político para o domínio nacional. Não; é preferível evitar o mal, a chorá-lo depois.

Quarta pergunta:

IV—*Sim ou não o moral da Nação pode ser levantado por uma intensa propaganda, pelo jornal, pela revista e pelo livro, de forma a criar uma mentalidade colectiva capaz de impor aos políticos uma política de grandeza nacional?*

*Na hipótese afirmativa, qual o caminho a seguir?*

Resposta:

Para combater o crime público do abandono das colónias, que está implícito nos nossos desgovernos, e para combater todos os outros crimes de traição nacional, urge um grande movimento de acção, de rara combatividade, de larga isenção de preconceitos, de inteira mobilização das fôrças intellectuais e cívicas, corrigindo o Estado daquela deformação e corrupção que é a origem maior dos nossos males.

Absolutamente de acôrdo. Não é outro o fim *mediato* dêste inquérito; o seu objectivo *imediate* era saber quais e quantas as pessoas com que o País poderia contar para uma obra de tal envergadura, e o Dr. Pequito

Rebêlo enfileira dignamente entre aqueles que podem ser os obreiros dessa obra. A caminho, pois.

Hoje mais do que nunca se tornam necessários combatentes. Se a vida, já de si, é um combate permanente, os portugueses deveriam convencer-se *todos* de que a situação em que nos encontramos é uma situação de «estado de perigo de guerra», e de que, por consequência, todos os nossos esforços devem convergir para um tríplice fim comum: salvar, restaurar, engrandecer Portugal. ¿Quantos somos já hoje a combater? Três? Trinta? Não nos iludamos com a fôrça numérica: o *número* obedece, não comanda. A história do mundo é feita por pequenas minorias numéricas, que são, no fim de contas, as verdadeiras *maiorias dinâmicas*. A concepção carlyliana da história pode não ser em absoluto verdadeira, mas menos o é ainda a concepção democrática. Se nem tudo é feito pelos heróis de Carlyle, nada de consciente é gerado e realizado pelas massas populares, se à sua frente não tiverem um condutor enérgico e consciente, que tanto pode ser um homem sòzinho como um grupo dêles, constituindo um escol social ou nacional.

Procurar êsses homens e reüni-los, eis o objectivo dêste meu inquérito.



### III

## Fernando Pessoa

Primeira pergunta formulada no meu questionário:

*I— Sim ou não Portugal, potência de primeira grandeza na Renascença, guarda em si a vitalidade necessária para manter no futuro, na nova Renascença que há-de seguir-se à Idade-Média que atravessamos, o lugar de uma grande potência?*

Resposta do Sr. Fernando Pessoa:

Cumpre, antes de mais nada, definir a expressão «grande potência». Por «grande potência» se deve entender, evidentemente, uma nação que influe notavelmente na vida ou nos destinos da civilização. Podemos, porém, distinguir três maneiras de assim influir notavelmente. Distinguiremos, portanto, três espécies de «grande potência».

Influir é transformar. Há três maneiras de transformar: transformar para menos, ou desagregar; transformar para mais, ou desenvolver; transformar para outro, ou construir. Fôrça é, pois, que as grandes potências se manifestem tais, ou pela desagregação que produzem, ou pelo desenvolvimento que promovem, ou pela construção que estabelecem, ou novidade que originam.

Duas são as fôrças da desagregação — a decadência e a violência externa. A decadência é intransmissível: pode ser estimulada, porém não imposta; são portanto seus estímulos, que não ela mesma, que comportam transmissão. A violência externa, pelo contrário, é imposição por natureza. Uma grande potência de desagregação significa portanto uma grande potência de violência, ou seja uma grande potência guerreira. É este o sentido em que ordinariamente se toma a expressão «grande potência»: é que a violência, como é a fôrça visível, representa para o comum dos homens o modo único da fôrça.

Duas são também as forças de desenvolvimento — o estímulo físico ou material e o estímulo intelectual ou moral. Na vida das sociedades, o primeiro é dado pelo comércio, o segundo pela cultura. Com efeito, o desenvolvimento dos povos se efectua, no que material, pela multiplicação de contactos económicos; no que mental, pela multiplicação de contactos culturais. E o comércio e a cultura andam communmente a par: é que a multiplicação de relações de uma espécie facilita inevitavelmente a multiplicação de relações da outra espécie. Há, pois, duas espécies de «grandes potências» expansivas da vida alheia: as potências primordialmente económicas, como a Alemanha e os Estados Unidos, e as potências culturais, como antigamente a Itália e subseqüentemente a França.

Qualquer transformação pode ser definida como sendo «para outro», porém a transformação construtiva merece êsse nome distintivamente. Na transformação para mais ou para menos a coisa transformada mantém os seus característicos essenciais; a transformação é quantitativa. Na transformação para outro a mudança é qualitativa. ¿Que característicos adquire, porém, a coisa transformada, ao ser transformada «para outro»? Os do elemento transformador, pois outros não há que possivelmente adquira. Segue, pois, que a transformação construtiva implica uma conversão da substância da coisa transformada na substância da coisa transformadora. A nação que exerce esta espécie de influência, que é uma «grande potência» nesta função, chama-se com justeza, não grande potência, senão *Império*. Até hoje, a dentro da civilização que vivemos, tem havido quatro impérios — o grego, o romano, o cristão, e o inglês (que não o britânico, que é império em outro, e mais baixo, sentido). Com sua prodigiosa visão, histórica como profética, distingue sempre Nostradamus entre o que chama simplesmente *empire* (que é qualquer dos grandes domínios fugazes com que se orna a história) e *grand empire*, que é o Império no sentido em que aqui usamos o termo.

Sem dúvida que as três formas de ser grande potência se não excluem entre si; antes a duas, e a mais que duas, as pode reunir uma só nação.

Postos estes princípios, pergunta-se: ¿para que forma de grande potência tem Portugal condições, se as tem para alguma?

Portugal, grande potência guerreira, ou desagregadora, é invisionável, o que não quer dizer que seja impossível, pois não podemos prever que alianças ou combinações poderão surgir do abismo do futuro. A pergunta, porém, refere-se às condições que Portugal *tem*, que não àquelas que poderá um dia vir a ter; e por «condições que tem» se entendem aquelas que ou estão hoje claramente latentes nêle, ou em qualquer forma ou esboço nêle se revelaram no passado. Ora pondo de parte, por irrisório neste respeito, o que somos hoje, o facto é que nunca tivemos condições ou propensão para a forma guerreira de grande potência. Nem para tal nos dispunha a nossa situação terrestre de nação pequena e excêntrica em continente e península, nem, em prova disso, nos empenhámos nunca com vantagem em guerras puramente agressivas, excepto as que procederam inevitavelmente do nosso mester orgânico de descobridores. E estas viveram na atmosfera triunfal do fenómeno que lhes deu origem.

Portugal grande potência económica é talvez ainda mais invisionável que Portugal grande potência guerreira. Uma potência guerreira forma-se



e desenvolve-se com mais facilidade e rapidez que uma potência económica, pois procede de instintos e fôrças mais primitivos do que esta. E se de potência guerreira não temos tradição senão por assim dizer corolária, de potência económica não temos tradição nenhuma, ou a temos negativa. Ainda, pois, que uma expansão ou federação futura nos convertesse em grande nação — sem o que se não pode ser uma grande potência económica —, nossa acção nesse campo seria sempre limitada pela de núcleos não só quantitativamente superiores ao nosso, mas ainda preparados tradicionalmente para o exercício dessa espécie de influência.

Portugal grande potência cultural é uma hipótese já de outro género. O exercício da grande influência guerreira ou económica implica a existência de uma nação grande, unida, disciplinada; o da grande influência cultural dispensa estes característicos. Exerceu-a a Itália quando nem sequer era nação, se não uma juxtaposição de pequenos estados, em conflito perpétuo uns com os outros, e cada um em quási constante desordem interna. Nem a nossa condição actual é, pois, obstáculo neste respeito; é-o, porém, a nossa carência quási absoluta de tradição cultural, pròpriamente dita. Quantitativamente, nunca a tivemos; qualitativamente, pouco. No fim da chamada Idade-Média, e no princípio da Renascença, esboçámos, é certo, um acentuado movimento cultural, que abrange os Cancioneiros, os Romances de Cavalaria, e um ou outro fenómeno com a especulação de Francisco Sanches, aliás formado em outro ambiente; mas em breve o vinco, muito mais típicamente nacional, das descobertas arrastava para si toda a vitalidade portuguesa, e o catolicismo, então em período de reacção, se encarregou de anular aquela liberdade de especulação, sem a qual a cultura é impossível. Ficámos no estado vil de inteligência, servil e mimético, em que desde êsse tempo temos vegetado. Se, porém, a necessidade cultural fôsse, por qualquer razão, em nós orgânica, teria havido dela sinais, sobretudo desde que entrámos, com o mimetismo já citado, em regime liberal e depois em República. Mas o que tem havido é menos que pouco; a nossa indisposição cultural permanece evidente.

Portugal grande potência construtiva, Portugal Império — aqui, sim, é que, através de grandeza e de decadência, se revela o nosso instinto, e se mantém a nossa tradição. Somos, por índole, uma nação criadora e imperial. Com as Descobertas, e o estabelecimento do Imperialismo Ultramarino, criámos o mundo moderno — criação absoluta, tanto quanto socialmente isso é possível, que não simples elaboração ou renovação de criações alheias. Nas mais negras horas da nossa decadência, prosseguiu, sobretudo no Brasil, a nossa acção imperial, pela colonização; e foï nessas mesmas horas que em nós nasceu o sonho sebastianista, em que a idea do Império Português atinge o estado religioso.

Portugal tem pois condições orgânicas para ser uma grande potência construtiva ou criadora, um Império. Uma cousa, porém, é dizer-se que Portugal tem condições para sê-lo; outra é predizer que o será. A pergunta não exige esta segunda demonstração, que, aliás, por extensa não poderia ser aqui dada. Nem há mester que se diga, também, em que consistirá presu-

mivelmente essa criação portuguesa, qual será o sentido e o conteúdo desse Quinto Império. Fôra preciso um livro inteiro para o dizer, nem chegou ainda a hora de dizer-se.

Devo dizer ao Sr. Fernando Pessoa que a minha primeira interrogação não postulava de qualquer forma a existência futura de Portugal como potência dominante entre as que hoje são consideradas «grandes potências». Os nossos desejos são mais limitados, porque o nosso espírito é mais realista do que possa, à primeira vista, parecer. Como grande potência guerreira (aceitando a classificação de grandes potências esboçada por Fernando Pessoa) não ambicionamos para Portugal mais do que as forças materiais e morais necessárias para garantirmos as fronteiras contra todos os ataques possíveis, quer venham de vizinhos, quer venham de mais longe; e não ambicionamos mais do que a marinha necessária para a defesa das estradas que nos ligam às províncias ultramarinas, para a guarda do comércio nessas estradas, e para a defesa dessas províncias — que mais adiante Fernando Pessoa considera dispensáveis . . . O mundo, sob o ponto de vista territorial, está já conquistado; as nossas fronteiras geográficas estão já nitidamente vincadas: não precisamos, pois, como grande potência guerreira, mais do que do exército e da marinha necessários para a defesa do nosso património actual, do *statu quo*.

Observação idêntica devo fazer no tocante a «Portugal grande potência económica». Não pretendemos fazer de Portugal um grande emporio comercial à maneira da Inglaterra ou da América, nem, como estes dois países, fazer de um ambicioso imperialismo económico a razão de ser da nossa existência. A América, como tal, é o que é, porque se encontra num estado de criação social, num estado de elaboração próprio de um país recém-saído do colonato, e onde os homens encontram na vastidão dos territórios um largo campo de acção para a livre expansão da sua actividade de povo novo. A Inglaterra, como tal, é o que é, mercê das circunstâncias que a colocaram numa ilha no meio do oceano, em terrenos donde a agricultura foi quasi expulsa pela indústria. A Inglaterra, não produzindo o necessário para se alimentar, encontra no imperialismo económico, ao mesmo tempo, uma fonte de recursos alimentares e o principal objectivo da sua actividade.

Ora, se Portugal se não encontra nem nas circunstâncias da América nem nas da Inglaterra, torna-se evidente que não podemos aspirar a uma situação de predomínio económico do mundo, idêntica à situação desses dois países. De resto, e entre parêntesis, o destino fez de nós uma nação, um povo de apóstolos e colonizadores, e nunca um povo de mercantes. O que nós pretendemos, sob o ponto de vista económico, é que Portugal

saiba explorar as riquezas que pejam os seus territórios riquíssimos, na metrópole como nas províncias ultramarinas. Não aspiramos a sobrepujar o vizinho, nem a dominar o mundo: bastará que nos saibamos valorizar econòmicamente sob o tríplice ponto de vista agrícola, industrial e comercial (refiro-me especialmente à marinha mercante), para que não tenhamos, como hoje para nosso mal acontece, de estar na dependência alheia, quando temos à mão, nosso, tudo ou quási tudo aquilo de que necessitamos.

Mas Fernando Pessoa, que não admite a hipótese de Portugal grande potência guerreira, nem a de Portugal grande potência económica, admite, contudo, a de Portugal grande potência cultural. Também nós a admitimos. Simplesmente divergimos quando Fernando Pessoa afirma que a nossa condição actual não é obstáculo neste respeito. Se a Itália exerceu uma grande influência cultural «quando nem sequer era nação, senão uma juxtaposição de pequenos estados, em conflito perpétuo uns com os outros, e cada um em quási constante desordem interna», era porque a Itália tinha uma longa tradição intelectual, moral e artística, uma velha tradição cultural tam forte que podia sobreviver e sobrevivia à anarquia política dos seus pequenos Estados. Com Portugal, porém, o caso é diferente: como diz Fernando Pessoa, a nossa carência de tradição cultural é quási absoluta; «o que tem havido é menos que pouco; a nossa indisposição cultural permanece evidente». ¿Mas, não estará na nossa mão, não estará na capacidade dos homens fazer alguma cousa neste sentido? Creio que sim. Mas, crer que sim, é ir de encontro ao paradoxo fundamental de uma época de individualismo e de liberdade absoluta, que, ao mesmo tempo que diviniza o homem como indivíduo, como *entidade* social o torna escravo e joguete dos factos e das circunstâncias.

Reputo necessário que os homens que pensam, que o escol intelectual e social portugêz faça alguma cousa neste sentido, já procurando desbravar a anarquia política que nos esgota, já criando um património cultural digno do património territorial, que faz de nós, já hoje, a terceira potência colonial. Quanto ao mais, basta-me o que Fernando Pessoa afirma no tocante ao «Portugal grande potência construtiva», ao «Portugal Império». Está provado que Portugal é, «por índole, uma nação criadora e imperial»: o Brasil, por exemplo, melhor do que todas as palavras, aí está a atestá-lo. Portugal tem pois condições orgânicas para ser uma grande potência construtiva ou criadora, um império — e isto é, para o nosso inquérito, o fundamental. O resto virá em seguida, tam depressa nos convençamos, todos nós, os que escrevemos, falamos, pensamos, de que assim é, de que assim *deve ser*.

Eis a segunda pergunta do questionário:

II—¿*Sim ou não Portugal, sendo a terceira potência colonial, tem todos os direitos a ser considerada uma grande potência europeia?*

Responde Fernando Pessoa:

Como Portugal, grande potência, está no futuro — ou, se se preferir, só pode estar no futuro —, não pode exigir ao presente que o considere por aquilo que êle ainda não é, nem se sabe ao certo se será. Mas, como é a terceira potência colonial, pode e deve exigir que o tratem como a terceira potência colonial.

Deixemos o que, de momento, nos separa, para nos preocuparmos com aquilo que nos reúne: enquanto que, para nós, Portugal é já hoje, *virtualmente* pelo menos, uma grande potência, para Fernando Pessoa, como acabamos de ver, «Portugal, grande potência, está no futuro» e não no presente. Estamos, pois, separados; mas logo de seguida nos encontramos, quando o meu correspondente afirma que Portugal, sendo a terceira potência colonial — e isto é indiscutível —, tem todo o direito a que o tratem como tal. Ora, é isso, precisamente, o que não acontece, e é isso o que se torna mester que aconteça. Somos a terceira potência colonial, mas, no concôrto das nações, essa categoria só nos é reconhecida quando as nações mais pobres do que nós, em domínios ultramarinos, se lembram de afirmar que temos um património colonial grande de mais para a nossa capacidade e para as nossas possibilidades.

É esta opinião interessada que as grandes potências têm a nosso respeito que nós devemos rectificar a todo o transe. A nossa capacidade colonizadora está, historicamente, mais que demonstrada; e se as nossas possibilidades económicas não correspondem, *de momento*, ao largo campo de actividade que se abre diante de nós, o facto de modo algum prova que, *amanhã*, não sejamos capazes de corresponder, economicamente, materialmente, às responsabilidades morais que a existência de um tam vasto património ultramarino faz pesar sôbre os nossos ombros. Não são necessários, para isso, génios políticos: apenas uma energia tenaz posta ao serviço de uma inteligência clarividente e equilibrada. ¿Entraremos hoje, com o novo Govêrno, nesse caminho? ¿Ou ainda não terá chegado a hora da nossa grandeza, que os políticos sacrificavam sistematicamente aos seus caprichos, às suas ambições pessoais?

Preguntava eu mais:

III—*¿Sim ou não Portugal, amputado das suas colónias, perderá toda a razão de ser como povo independente no concêrto europeu?*

Fernando Pessoa responde:

Para o destino que presumo que será o de Portugal, as colónias não são precisas. A perda delas, porém, também não é precisa para êsse destino. E, por certo, sem colónias, ficaria Portugal deminuído ante o mundo e perante si mesmo, material como moralmente. As colónias, portanto, não sendo uma necessidade, são contudo uma vantagem.

Não compreendo francamente como, sendo a vocação de Portugal uma vocação apostólica, como costumava dizer António Sardinha, sendo Portugal, «por índole, uma nação criadora e imperial», como Fernando Pessoa escreveu no segundo parágrafo da sua resposta ao primeiro quesito, não compreendo, repito, como é que as colónias não são necessárias à existência de Portugal. Não somos uma potência cultural, porque a necessidade cultural não é em nós orgânica: a nossa indisposição cultural — Fernando Pessoa *dixit* — permanece evidente. Mas, por outro lado, Portugal tem condições orgânicas para ser uma grande potência construtiva ou criadora, um império. ¿Que espécie de império, Fernando Pessoa? Você não responde directamente, porque a minha pergunta não exigia esta demonstração; mas, indirectamente, responde a essa pergunta quando cita a nossa acção no Brasil. «Com as descobertas e o estabelecimento do imperialismo ultramarino criámos o mundo moderno — criação absoluta, tanto quanto socialmente isso é possível . . .».

Nas mais negras horas da nossa decadência, prosseguiu, sobretudo no Brasil, a nossa acção imperial pela colonização; e foi nessas mesmas horas que em nós nasceu o sonho sebastianista, em que a idea do império português atinge o estado religioso. «A nossa vocação é, essencialmente, a de um povo criador de nações»: ¿por que motivo, então, as colónias não são necessárias ao nosso destino? ¿Porventura não teremos nós nas províncias ultramarinas a matéria donde, mais tarde ou mais cedo, o espírito de Portugal tirará outras tantas nações? (Falo, bem entendido, apenas daquelas que para tal têm condições naturais). Não, não, meu caro Fernando Pessoa: as colónias portuguesas, não sòmente são uma vantagem, porque são um valor positivo com que contamos, como são também uma necessidade do nosso destino. Se as perdêssemos, não só ficaríamos deminuídos como também ficaria truncado o destino de Portugal.

Última pergunta do questionário:

*IV—¿Sim ou não o moral da Nação pode ser levantado por uma intensa propaganda, pelo jornal, pela revista e pelo livro, de forma a criar uma mentalidade colectiva capaz de impor aos políticos uma política de grandeza nacional?  
¿Na hipótese afirmativa, qual o caminho a seguir?*

Fernando Pessoa responde:

Há só uma espécie de propaganda com que se pode levantar o moral de uma nação — a construção ou renovação e a difusão conseqüente e multimoda de um grande mito nacional. De instinto, a humanidade odeia a verdade, porque sabe, com o mesmo instinto, que não há verdade, ou que a verdade é inatingível. O mundo conduz-se por mentiras; quem quiser despertá-lo ou conduzi-lo terá que mentir-lhe delirantemente, e fá-lo-á com tanto mais êxito quanto mais mentir a si mesmo e se compenetrar da verdade da mentira que criou. Temos, felizmente, o mito sebastianista, com raízes profundas no passado e na alma portuguesa. Nosso trabalho é pois mais fácil; não temos que criar um mito, senão que renová-lo. Começemos por nos embebedar dêsse sonho, por o integrar em nós, por o incarnar. Feito isso, por cada um de nós independentemente e a sós consigo, o sonho se derramará sem esforço em tudo que dissermos ou escrevermos, e a atmosfera estará criada, em que todos os outros, como nós, o respirem. Então se dará na alma da Nação o fenómeno imprevisível de onde nascerão as Novas Descobertas, a Criação do Mundo Novo, o Quinto Império. Terá regressado El-Rei D. Sebastião.

O «sebastianismo», considerado por Oliveira Martins como uma prova póstuma da nacionalidade portuguesa, é o mito nacional por excelência, é uma forma da fé e da esperança na redenção nacional. ¿Dada esta interpretação do sebastianismo, todos os povos terão o seu sebastianismo próprio? ¿Bem nos importa isso a nós! O que nos interessa é a sua existência em Portugal. O que nos interessa é que exista sempre na alma portuguesa um fermento de esperança, que não a deixe morrer, nem mesmo nos momentos mais angustiosos da crise que há decénios estamos atravessando. E êsse fermento existe. E porque êle existe, e é fundamentalmente dinâmico, guardamos dentro de nós a possibilidade de uma redenção colectiva. Como Fernando Pessoa diz, terá regressado El-Rei D. Sebastião.

## IV

### Prof. Bento Carqueja

Posta a primeira pergunta do meu questionário:

*I— Sim ou não Portugal, potência de primeira grandeza na Renascença, guarda em si a vitalidade necessária para manter no futuro, na nova Renascença que há-de seguir-se à Idade-Média que atravessamos, o lugar de uma grande potência?*

o Sr. Bento Carqueja, jornalista e economista — duas razões que o indicavam como uma das pessoas que deviam ser ouvidas —, responde o seguinte:

Interpretando devidamente a expressão «grande potência», sou levado a afirmar que Portugal reúne em si as condições necessárias para desempenhar no mundo papel correspondente ao que desempenhou outrora.

A começar pelos predicados da raça, acho que êles ficaram suficientemente demonstrados no meu livro *O Povo Português*, no qual, a propósito do estudo da população de Portugal, escrevi assim: — «*Os Lusíadas* de Camões são, e ficarão sendo para sempre, o poema da heroicidade portuguesa. Os novos *Lusíadas*, baseados nas doutrinas da ciência e guiados pela mão de ferro da análise, haviam de ser a glorificação dêste povo, nos prêlios ingentes da civilização mundial».

Êsses predicados da raça representam um valor considerável, tanto sob o ponto de vista moral, como sob o ponto de vista económico, valor que, infelizmente, não tem sido aproveitado devidamente, como se prova pela deficiência da educação e da instrução nacionais, dois factores de muito atraso e de muitos insucessos, pela falsidade de um e deficiência do outro.

Ê igualmente a opinião do signatário destas linhas, que o passado de Portugal é garantia suficiente de que podemos voltar a ser grandes no

futuro. Bem sei que os *eugénicos* de um povo se esgotam; bem sabemos que o esforço português, nos fins da Idade-Média e durante a Renascença, abrindo, êle só, por assim dizer, as portas da civilização moderna, deslocando o seu eixo do Mediterrâneo para o Atlântico, foi um esforço que excedeu a nossa capacidade de momento; sabemos igualmente que os povos, como os indivíduos que os constituem e as civilizações por êles geradas, nascem, crescem, desenvolvem-se, esgotam-se e morrem. De acôrdo. Mas não podemos, nem devemos crer que ficámos para sempre esgotados pelo esforço da Renascença, que o nosso papel na scena do mundo findou, que o nosso único destino é morrer na paz e no esquecimento. Isso, não.

Atravessamos, é certo, um colapso de depressão, de fraqueza, porventura de miséria física. Mas o mal é passageiro, porque a crise tem remédio. Não confundamos o que é *fundamental* com o que é simplesmente *accessório*. As faculdades naturais dos portugueses subsistem: subsiste igualmente a sua capacidade colonizadora, expansiva, apostólica ou imperial. Que nos falta então? Que haja quem nos governe, que haja quem nos dirija. Por falta de direcção e de govêrno, pela multiplicidade de erros que não são de hoje nem de ontem, e que, pelo contrário, vêm de longe, é que as faculdades naturais do português não têm sido aproveitadas.

É por isso, igualmente, que a nossa educação é falseada e que a nossa instrução é deficiente; e o que primeiramente é o simples efeito de uma falta de direcção superior, torna-se em seguida numa causa do descabro intelectual e moral em que vivemos e, por consequência, da atrofia e da miséria das nossas *élites*.

Vejamos agora o segundo quesito do questionário:

II—*Sim ou não Portugal, sendo a terceira potência colonial, tem todos os direitos a ser considerada uma grande potência europeia?*

Responde o Sr. Bento Carqueja:

Entendendo por «grande potência» a nação que haja de *contar* nos destinos da humanidade, julgo que Portugal tem condições para assumir êsse papel, até mesmo sob o ponto de vista político.

¿ Não é contada a Itália entre as «grandes potências»? É. E, ¿ acaso a Itália domina maior extensão do mundo do que Portugal? Está longe disso. A Itália compreende que assim é, e a prova está nos esforços que vem fazendo para adquirir maior importância, como nação colonial. A sua recente *Parada Colonial* não traduziu outra intenção, nem outro propósito.



De acôrdo absolutamente com o Sr. Bento Carqueja, apenas quero perguntar: ¿por que motivo a Itália é, e nós não somos? A resposta implica um *refrain*: não somos uma grande potência porque somos mal governados. Não somos uma grande potência, ao lado de outras que o são com muito menos razões do que nós, porque o não queremos. Está nas nossas mãos a reabilitação de Portugal; está nas mãos dos portugueses o «Portugal vasto Império», porque Portugal é já hoje, *virtualmente* pelo menos, uma grande potência.

Vamos a isso?

Eis a terceira pergunta do questionário:

III—¿*Sim ou não Portugal, amputado das suas colónias, perderá toda a razão de ser como povo independente no concôrto europeu?*

Resposta:

Não admito a hipótese da perda das colónias portuguesas. Para essa perda se efectuar, seria preciso rasgar os Códigos do Direito Internacional, aniquilar os propósitos do Tratado de Versalhes, retrogradar a um estado de civilização imprópria do século xx. Seria preciso que nenhum povo se lembrasse do aforismo — *Hodie mihi, cras tibi*. Seria a desordem e a rapina, arvoradas em código das nações.

Admitida que fôsse a hipótese de uma surprêsa de salteador, o assalto não subsistiria, nem poderia subsistir, porque os protestos assumiriam o carácter mundial.

Em todo o caso, convém acompanhar e contrariar quaisquer tentativas, por mais fúteis que pareçam, como se fez há pouco, publicando, em diversas línguas, a réplica dada pela delegação portuguesa à 6.<sup>a</sup> assemblea da Liga das Nações ao tendencioso relatório do prof. Ross, acêrca do trabalho indígena em Angola e Moçambique.

Infelizmente não posso compartilhar do optimismo do Sr. Bento Carqueja quanto à possibilidade ou impossibilidade de ficarmos sem colónias.

Nem o Tratado de Versalhes nem os Códigos de Direito Internacional são, em meu fraco entender, garantia suficiente da existência do nosso património ultramarino. Os tratados não são intangíveis: fazem-se e desfazem-se, consoante os interêsses dos seus signatários. E são os interêsses, não as fôrças morais da civilização, que presidem à factura de todos os tratados, de todas as convenções internacionais.

Seria, realmente, uma violência sem nome a expropriação dos territórios ultramarinos portugueses a favor de qualquer das actuais grandes potências; a letra dos tratados, ainda por cima, parece opor-se a tal espoliação: mas o país que pretender realizar êsse roubo há-de procurar

primeiro, por todas as formas, modificar a seu favor as cláusulas dos tratados, adaptando o direito às situações de facto, representadas pelos seus interesses. É precisamente essa a missão fundamental da diplomacia.

Não é mau (antes pelo contrário) que às campanhas difamatórias que lá fora, de vez em quando, se levantam contra nós, nós respondamos com os argumentos que a razão e o direito põem ao nosso dispor. Tal foi o caso, por exemplo, com o célebre relatório do prof. Ross. Mas melhor será ainda (e isto constituirá a nossa melhor defesa contra todos os ataques) colonizar, desenvolver, administrar o nosso património colonial, fazer dêle um prolongamento ultramarino, no futuro, do Portugal metropolitano do passado. É essa a nossa missão de portugueses conscientes e dignos de um passado glorioso.

¿Para essa obra de rejuvenescimento, porém, que se torna necessário fazer? Eis o objectivo da resposta dada pelo Sr. Bento Carqueja ao quarto quesito do presente inquérito.

*IV—¿Sim ou não o moral da Nação pode ser levantado por uma intensa propaganda, pelo jornal, pela revista e pelo livro, de forma a criar uma mentalidade colectiva capaz de impor aos políticos uma política de grandeza nacional?*

*¿Na hipótese afirmativa, qual o caminho a seguir?*

Resposta:

Tendo, como tenho, fé ardente nos destinos da minha Pátria, confio plenamente nos efeitos de uma propaganda intensa e sincera, em prol do futuro dela. A solidariedade não é para mim apenas um atributo económico do homem, como ensinam os tratados da economia política: é também, é, sobretudo, uma fôrça moral que muito aproveita aos grandes, como aos pequenos povos, talvez mais especialmente a estes últimos. Veja-se o grande movimento de solidariedade nacional ainda há pouco observado na Inglaterra, por ocasião da presumida greve geral.

Confio, porém, mais na influência da palavra falada do que na palavra escrita. Numa nação em que o analfabetismo domina, a palavra falada tem mais acção do que a escrita. Os frutos da propaganda da Escolas Móveis Agrícolas, organizadas por *O Comércio do Pôrto* e mantidas por portugueses beneméritos, não deixam no meu espírito dúvidas algumas a tal respeito.

Multiplique-se, pois, o contacto entre o povo e os homens esclarecidos, nos templos, nas escolas, nas associações, nos comícios, cuidando de levantar o espírito nacional da indiferença e da apatia a que o fez baixar a má política, e ver-se-á como os portugueses prepararão um *Portugal novo e maior* que os dignifique e torne mais felizes.

Bem fez a Sociedade de Geografia de Lisboa agitando o problema colonial, no momento em que é preciso voltar a atenção de todos os portugueses para as nossas colónias.

Pela palavra falada ou pela palavra escrita (se a escrita é deficiente num país de analfabetos, a palavra falada também pode ser exagerada num país de verbalistas) o necessário é estreitar, realmente, o contacto entre o escol da Nação e a sua massa. Todos os meios podem ser bons para alcançar êsse fim; apenas uma condição se exige: que os mentores não sejam, por natureza ou posição, mais dirigidos do que dirigentes. A deficiência das *élites* é um mal. Uma orientação errada, péssimo. Mas pior ainda do que tudo é a falta de perseverança no esfôrço, qualquer que êle seja, que nos caracteriza, deixando-nos cair depressa numa apatia irmã daquela «apagada e vil tristeza» de que o Épico falava.

Termina o Sr. Bento Carqueja por falar na Sociedade de Geografia, que ainda há pouco agitou diante do espírito nacional o perigo que ameaça as nossas províncias ultramarinas. Melhor exemplo não poderíamos encontrar, na verdade, do que é entre nós a falta de persistência no esfôrço. Digam-me onde estão e quais foram os resultados práticos do apêlo feito pela Sociedade de Geografia, digam-me quanto tempo durou essa agitação verbal — e talvez que eu mude de parecer . . . Até lá, porém, creio que o melhor é ainda cada um de nós fazer-se franco-atirador nesta cruzada de resgate nacional, batalhar sòzinho emquanto fôrças tiver — e talvez que um dia, daqui a dez ou vinte anos, exista em Portugal uma mentalidade capaz de compreender a importância do problema colonial português, e meia dúzia de pessoas capazes de organizarem uma grande *Liga Colonial Portuguesa*, orientadora de toda a propaganda das colónias portuguesas.



## V

### Dr. Sousa Costa

O romancista Sousa Costa devia ser ouvido neste inquérito; não, bem entendido, por ser romancista; mas porque o seu nome como escritor, legítimamente conquistado, lhe impõe o dever indeclinável de participar num movimento de reconquista nacional; e porque, quanto maior fôr a esfera de acção, quanto mais lida fôr a obra de um escritor, tanto maior é a sua responsabilidade no govêrno ou desgovêrno da cousa pública — *respublica*, como se dizia antigamente . . .

Eis o primeiro quesito do questionário:

*I—¿Sim ou não Portugal, potência de primeira grandeza na Renascença, guarda em si a vitalidade necessária para manter no futuro, na nova Renascença que há-de seguir-se à Idade-Média que atravessamos, o lugar de uma grande potência?*

Eis a resposta que me dá o Dr. Sousa Costa:

Não posso descrever da vitalidade da raça. Vi-a, senti-a e admirei-a, na sua flagrante realidade, na América do Sul — no Brasil. O Brasil, a melhor afirmação da nossa raça, será, num próximo futuro, das maiores nações do mundo, do mundo de ontem e do de amanhã, na extensão geográfica e no património dos seus valores.

Esta vitalidade lusitana, tam exuberantemente afirmada no Brasil, está-se afirmando da mesma forma na América do Norte. Um norte-americano ilustre, há tempos de passagem em Lisboa, fez-nos ver que a colónia portuguesa no seu país se caracteriza pela sobrevivência contra o meio e pela energia no trabalho.

Emquanto outras colónias notáveis, acrescentou, como a alemã, a dinamarquesa, a russa, ao cabo de duas gerações perdem na voragem a língua

e os costumes, a colónia portuguesa conserva indefinidamente os seus costumes e a sua língua. Mais: impõe-nos ao meio em que vive, que adopta como legítimos muitos dos seus costumes e dos seus vocábulos. E isto sem esquecer nunca o que deve às suas tradições em energia, em honestidade e em disciplina.

É o que eu digo tantas vezes. Nós só somos maus em família. Porquê? A falta de pai capaz de governar os filhos.

Se o *sebastianismo* constituía, no entender de Oliveira Martins, uma prova *póstuma* da existência da nacionalidade portuguesa, os factos admirados por Sousa Costa no Brasil, juntos aos que se manifestam nas colónias portuguesas da América do Norte, constituindo uma afirmação da vitalidade nacional e uma demonstração da nossa capacidade colonizadora, são, *ipso facto*, uma prova «presente» da existência de uma *nação portuguesa* com todos os predicados, não só para viver independente, mas também para ser uma grande nação.

Já em depoimentos anteriores, e em comentários a êsses depoimentos, a capacidade colonizadora dos portugueses, o seu «imperialismo», a sua «vocação apostólica» ficaram afirmados e vincados. ¿Por que estranho motivo, então, nós, que temos, no exterior, tantas faculdades criadoras, que somos, no exílio, dos melhores trabalhadores do mundo, que somos dos mais activos e empreendedores, laboriosos e pacíficos, porque é que, portas a dentro da nossa casa, não só não trabalhamos, passando a vida ao sol, olhando o céu como os *lazzaroni*, como, ainda por cima, nos guerreamos ao ponto de precipitarmos o País numa anarquia permanente?

Para a preguiça, pode encontrar-se a explicação fácil do clima; mas ¿para a guerra civil, para a anarquia? Não, a preguiça nacional não tem a sua razão de ser simplesmente no clima; o clima, nos seus efeitos, pode ser corrigido pela educação; o defeito tem a sua origem nos tempos já distantes em que as riquezas magníficas das conquistas nos deshabitaram da riqueza sóbria que a terra oferece a quem queira abrir-lhe os flancos. Erro humano, por consequência, na orientação da actividade nacional. Daí proveio a perda dos hábitos de trabalho constante, aturado, que nos conduziu ao comunismo, ao parasitarismo burocrático em que vivemos hoje.

Quanto à anarquia, essa explica-se pelas ideas falsas que os enciclopedistas, os seus filhos, netos e todos os outros herdeiros ou parentes espirituais inocularam nas grandes massas urbanas e proletárias. São essas massas, como se sabe, numa época de centralização absolutista e de activo industrialismo, quem constitue as *élites* populares. Para onde elas se inclinam, para aí se inclina a balança do equilíbrio social. Ora,

está nas mãos dos homens de letras, nas mãos dos jornalistas, nas mãos de todos aqueles que, por posição, influem na formação dos espíritos, contrariar todas as doutrinas que conduzam à desagregação social e propugnar todas aquelas que podem reconduzir um povo sem govêrno a pôrto de salvamento.

Portugal tem todas as qualidades para ser um grande povo, como grande foi no passado: apenas lhe falta o pastor que o guie, e a doutrina que o oriente.

Segundo quesito do questionário:

*II—¿Sim ou não Portugal, sendo a terceira potência colonial, tem todos os direitos a ser considerada uma grande potência europeia?*

Eis a resposta do meu correspondente:

Evidentemente: somos a terceira potência colonial do mundo. Como tais deveríamos usufruir os respeitos e considerações correspondentes a tam alta hierarquia.

Não os temos? A culpa é nossa, que não sabemos pôr-nos no nosso lugar. Bem pequena é a Holanda, no continente, e ninguém lhe topa um senão . . .

O exemplo da Holanda é realmente flagrante, e constitue a melhor resposta a dar àqueles que consideram Portugal pequeno de mais para tam grande território, como é o nosso património ultramarino. A nossa pequenez continental serviria, assim, de justificação a todos os ataques, a todas as ambições que pairam sôbre as nossas colónias. ¿Porque não atacam a Bélgica? ¿Porque não atacam a Holanda? Simplesmente porque nem a Holanda, nem a Bélgica dão as provas de abandono que nós damos à nossa melhor riqueza; porque tanto a Bélgica como a Holanda cuidam sèriamente da sua riqueza, não dando motivos a que os outros as apodem de povos perdulários. Porque tanto a Bélgica como a Holanda administram a sua fortuna, interna e externamente. Se nós entrássemos pelo mesmo caminho, se trilhássemos os mesmos exemplos, se tanto interna como externamente administrássemos as riquezas que ainda nos restam de um património já largamente desfalcado, não seria a nossa pequenez continental argumento que servisse para alguém justificar os seus instintos de rapina.

Terceira pergunta do questionário:

III—*Sim ou não Portugal, amputado das suas colónias, perderá toda a razão de ser como povo independente no concôrto europeu?*

Eis a resposta:

Sim. As nossas colónias são a nossa vida. Eu julgo que os Maiores, os dos Descobrimentos e das Conquistas, as foram buscar lá aos fundos dos mares tenebrosos como títulos justificativos do direito à independência. E tanto que, através dos 60 anos dos Filipés, elas foram sempre portuguesas . . . na certeza de que, enquanto o fôssem, Portugal não poderia ser castelhano.

O Dr. Sousa Costa está dentro da boa razão. Felicito-o por isso. Felicito-me pelo nosso bom acôrdo. O Brasil, então colónia, acolhendo D. João VI e a sua côrte, garantiu a independência de Portugal, invadido pelas tropas de Napoleão. O acto de D. João VI, tam caluniado pelo romantismo liberal e maçónico, se não foi um acto de heroísmo, foi — e isso é capital — um acto de bom-senso político, *e de patriotismo*, que nos salvou das garras do invasor. Ora, às províncias ultramarinas portuguesas *pode* caber um destino idêntico; certo, porém, é que já hoje elas constituem uma garantia da nossa independência.

Não é conquistável um povo que, além de todas as suas qualidades naturais, de todas as suas virtudes inquebrantáveis e *individuais*, dispõe ainda de recursos ultramarinos que fazem dêle a *terceira potência* colonial; não pode ser dominado pela fome um povo que tem no seu sub-solo ultramarino tudo o necessário para ser uma potência economicamente independente. Inversamente, se as colónias nos fôssem roubadas por qualquer povo atrevido e forte, o nosso destino sabemos já qual seria: viver do jôgo, do sol, do clima. Seria inglório, seria miserável.

Última interrogação do questionário:

IV—*Sim ou não o moral da Nação pode ser levantado por uma intensa propaganda, pelo jornal, pela revista e pelo livro, de forma a criar uma mentalidade colectiva capaz de impor aos políticos uma política de grandeza nacional?*

*Na hipótese afirmativa, qual o caminho a seguir?*

O Dr. Sousa Costa responde:

O moral da Nação! Eu sei lá! Vejo-o tam abatido! Parece estonteado entre a vil poeira dos vis instintos correndo à sôlta, de freio nos dentes. Mas . . . brademos, clamemos, clamemos e brademos sempre. E havemos,



sim, de fazê-lo acordar, e soffrear o bruto corcel dos appetites, e voltar à pia do baptismo. São fiadores do milagre os créditos da vitalidade atrás enunciada. De resto . . . isto é da regra, é hábito velho — Portugal, equilibrista secular, sente prazer em recuar, e salvar-se quando o seu pé já vai a perder-se no abismo . . .

¡Brademos, clamemos, clamemos e brademos sempre! Será essa a única maneira de acordar um povo morfinizado por cento e tantos anos de liberalismo corruptor. ¿Mas, quem lhe há-de bradar? Não os políticos, não os homens de comícios, não os «intelectuais» bolchevistas, apóstolos da redenção humana pela tirania e pela dinamite, porque uns, faladores profissionais, não podem clamar e gritar outra cousa que não seja a defesa dos seus interêsses particulares contra o interêsse da Nação; e porque os outros, não tendo pátria, não podem convencer ninguém a levantar-se em defesa da Terra-mãe. Não, os que podem e devem bradar ao País, os que devem acordá-lo e compenetrá-lo dos seus deveres, e dar-lhe a consciência da nobreza do seu destino, são aqueles que, nunca tendo alugado a sua pena a um partido político, sendo, pelo contrário, contra os desmandos de todos êles, têm a autoridade necessária para impor à Nação um *mea culpa* profundo, rasgando-lhe ao mesmo tempo diante dos olhos a estrada larga de um largo destino.



## VI

### Dr. Marcelo Caetano

São chamadas a depor neste inquérito, não somente as pessoas já de nome feito e de capacidade reconhecida, mas também aquelas que amanhã, logo, de um instante para o outro, podem manifestar o seu valor, firmar o seu nome, marcar a sua personalidade.

As pessoas que até hoje têm deposto nestas colunas, pertencem à primeira categoria; Marcelo Caetano, que hoje depõe, pertence à segunda.

Uma outra razão havia ainda para que Marcelo Caetano fôsse ouvido: a sua qualidade de director da revista *Ordem Nova*. A *Ordem Nova* é uma tribuna de onde se fala ao público, é uma trincheira de ideas onde se combate com ardor e intelligência. Ora, independentemente de todas as razões individuais que justificam a audição de tais e tais pessoas, há ainda uma outra: a posição que essas pessoas ocupam perante a opinião pública. Se outras razões não houvesse, esta última bastaria para que Marcelo Caetano fôsse ouvido neste inquérito.

A primeira pergunta do nosso questionário:

*I—¿Sim ou não Portugal, potência de primeira grandeza na Renascença, guarda em si a vitalidade necessária para manter no futuro, na nova Renascença que há-de seguir-se à Idade-Média que atravessamos, o lugar de uma grande potência?*

Marcelo Caetano responde:

Não seria próprio da minha mocidade, do meu desejo de vencer e de consagrar à causa nacional o melhor do meu esforço, negar que Portugal guarda em si a vitalidade necessária para ser de novo uma potência respeitada e ouvida no concôrto internacional.

Digo-o confiado inteiramente na minha geração. É aí que está a grandeza de Portugal, no seu desejo de bem servir, na sua ânsia de acção inteligente, na energia com que se defronta com os velhos ídolos, com as fórmulas mortas, disposta a passar-lhes por cima para construir um novo mundo onde os princípios eternos tenham lugar em corações novos, e sejam servidos por novas palavras e traduzidos em novas acções.

Há uma afirmação de fôrça e de virilidade na iconoclastia das novas gerações. Mas há também uma afirmação de inteligência no seu esforço construtivo. Inteligência e virilidade, eis o que caracteriza as camadas novas, que me autorizam a responder ao primeiro quesito: Portugal guarda em si a vitalidade necessária para manter no futuro, na nova Renascença que há-de seguir-se à Idade Média que atravessamos, o lugar de uma grande potência.

É consolador ouvir uma geração afirmar por tal forma a sua fé nos destinos nacionais. Porque a geração nova pensa, realmente, assim. Não é de hoje, nem de ontem, esta afirmação de fé. Vem de mais longe: vem do momento em que, à volta de 1914, edificada pelo exemplo pavoroso da guerra, a gente nova de Portugal começou a examinar as causas do desequilíbrio mundial, e a relacionar a crise portuguesa com as causas desse desequilíbrio. Dessa análise resultou um profundo exame de consciência, e uma completa renovação mental. A gente nova, guiada por novas doutrinas, afirmou a sua fé nos destinos da sua Terra; e na medida em que essa «gente nova», recém-saída das escolas, se fôr tornando, dia a dia, nos homens dominantes, e ocupando os pontos nevrálgicos da sociedade portuguesa, política e socialmente falando, Portugal irá ganhando outras tantas possibilidades de se restaurar, de se engrandecer e de se reabilitar no conceito europeu.

*II—¿Sim ou não Portugal, sendo a terceira potência colonial, tem todos os direitos a ser considerada uma grande potência europeia?*

Resposta de Marcelo Caetano:

Incontestavelmente que Portugal, senhor de vastos domínios coloniais, tem direito a ser considerado uma grande potência europeia. A sua língua é falada por muitos milhões de homens que estão sob a sua autoridade e recebem por seu intermédio os benefícios da cultura e da civilização europeias. Portugal é ainda hoje um dos grandes educadores de povos, uma nação mãe de muitas nações. ¿Porque não tem, pois, o respeito que lhe é devido da parte dos outros países? A causa do quási desprezo a que o têm votado devemos buscá-la na desorganização da sua política interna e na falta de plano e de continuidade na sua política colonial. Insuflar o espírito é muito; formar nacionalidades é grandioso; educar povos é admirável. Mas nada disto é completo e profícuo, se não se fomentar também o progresso material

das colónias, o seu desenvolvimento económico. Ao esquecimento desta verdade se deve o não termos o respeito que nos é devido pelos outros países, como terceira potência colonial do mundo.

A justeza da observação dispensa-nos de a comentar. É realmente assim. O quadro está exacto, as causas do mal são, na verdade, as que ficaram apontadas. Adiante, pois.

III—*¿Sim ou não Portugal, amputado das suas colónias, perderá toda a razão de ser como povo independente no concôrto europeu?*

Atenção à resposta:

A mais delicada de todas as respostas é, incontestavelmente, esta. A pergunta se Portugal sem colónias perderia toda a razão de ser como povo independente no concôrto europeu pode ser tomada em dois sentidos: no primeiro sentido equivaleria a perguntar se Portugal existe por um acaso favorecido pelas circunstâncias e, portanto, se, desaparecidas essas circunstâncias, deveria desaparecer Portugal, isto é, dado o facto de Portugal não ter razão de ser como nação e existir como Estado independente apenas porque tem colónias, a perda das colónias equivaleria, *ipso facto*, à eliminação de Portugal da carta da Europa; em segundo sentido, significaria apenas que a perda das colónias nos tiraria toda a independência diplomática, seria a perda da nossa voz como nação que vive por si, pode e quere.

Se a pergunta é feita no primeiro sentido, eu respondo afoitamente que não. A razão de ser de Portugal não está nas colónias, mas na diferenciação geográfica, étnica e histórica que o separa do resto da península. Antes dos descobrimentos já as cinzas de muitos milhares de portugueses tinham tonalizado caracteristicamente êste retalho da Espanha que a natureza dotou diferentemente do resto. Ainda que transitòriamente, e mais por inépcia dos governantes do que pela perda das colónias, nós cáissemos em poder de estrangeiros, nunca deixaria Portugal de ser uma nação pronta a ressurgir como Estado independente.

Se é feita no segundo sentido, responderei — talvez. Ligo uma grande importância à política interna e creio que, se tomasse um caminho dignificante e de regeneração, talvez pudéssemos protestar bem alto contra a violência sofrida. Mas, note-se bem, êste *talvez* é um resto de ingenuidade. Se, por nosso mal, perdêssemos as colónias, a desorganização interna seria a mesma ou pior que anteriormente, após uma curta erupção de patriotismo retórico e de inflamada indignação. A perda das colónias? Seria o caos...

Evidentemente, a perda das colónias seria o caos, em primeiro lugar; e seria, em segundo, o que já aqui ficou dito, e mais adiante terei ocasião de repetir. A desorganização interna, que já hoje permite que nos meios diplomáticos interessados se admita a eventualidade da perda das colónias portuguesas, agravar-se-ia depois com essa «curta erupção do patriotismo

retórico e de inflamada indignação»; se já hoje abundam os salvadores do País, os apóstolos da redenção nacional, está bem de ver que êsses salvadores se multiplicariam como os cogumelos. Cada salvador, cada *complot* revolucionário. Chegaríamos, em nome da salvação nacional e de um patriotismo imprevidente, à situação dos países mais anarquizados da América Central.

Devo declarar agora a Marcelo Caetano que, evidentemente, para mim, Portugal não deve a sua independência às colónias; quero dizer: não é por ter colónias que Portugal é uma Nação perfeita, caracterizada, definida. Não, Portugal é, porque é, e porque o era antes mesmo de se lançar na sua vasta obra apostólica de descobrir e civilizar. Tampouco, se perdesse as colónias, deixaria de ser a Nação que é: simplesmente (e já tive várias oportunidades para o frisar aqui), simplesmente as asas do seu futuro, que devem ter larga envergadura, ficariam quebradas, quebrado ficaria o seu destino.

Com colónias, melhor, com *províncias ultramarinas*, como Afonso Lopes Vieira acentuou no seu depoimento, a Nação portuguesa tem diante de si a estrada de um destino que é nobre: continuar a sua obra apostólica de criadora de povos; sem as províncias ultramarinas, essa estrada ser-lhe-ia barrada; a mesma Nação portuguesa ficaria limitada a viver dos favores da sua situação geográfica, envolta a sua miséria num vasto manto dourado.

Eis, pois, o significado atribuído à minha interrogação, quando perguntei se sim ou não Portugal, sem colónias, perderia toda a razão de ser como povo independente no conceito europeu.

IV—*¿Sim ou não o moral da Nação pode ser levantado por uma intensa propaganda, pelo jornal, pela revista e pelo livro, de forma a criar uma mentalidade colectiva capaz de impor aos políticos uma política de grandeza nacional?*

*¿Na hipótese afirmativa, qual o caminho a seguir?*

Eis a resposta:

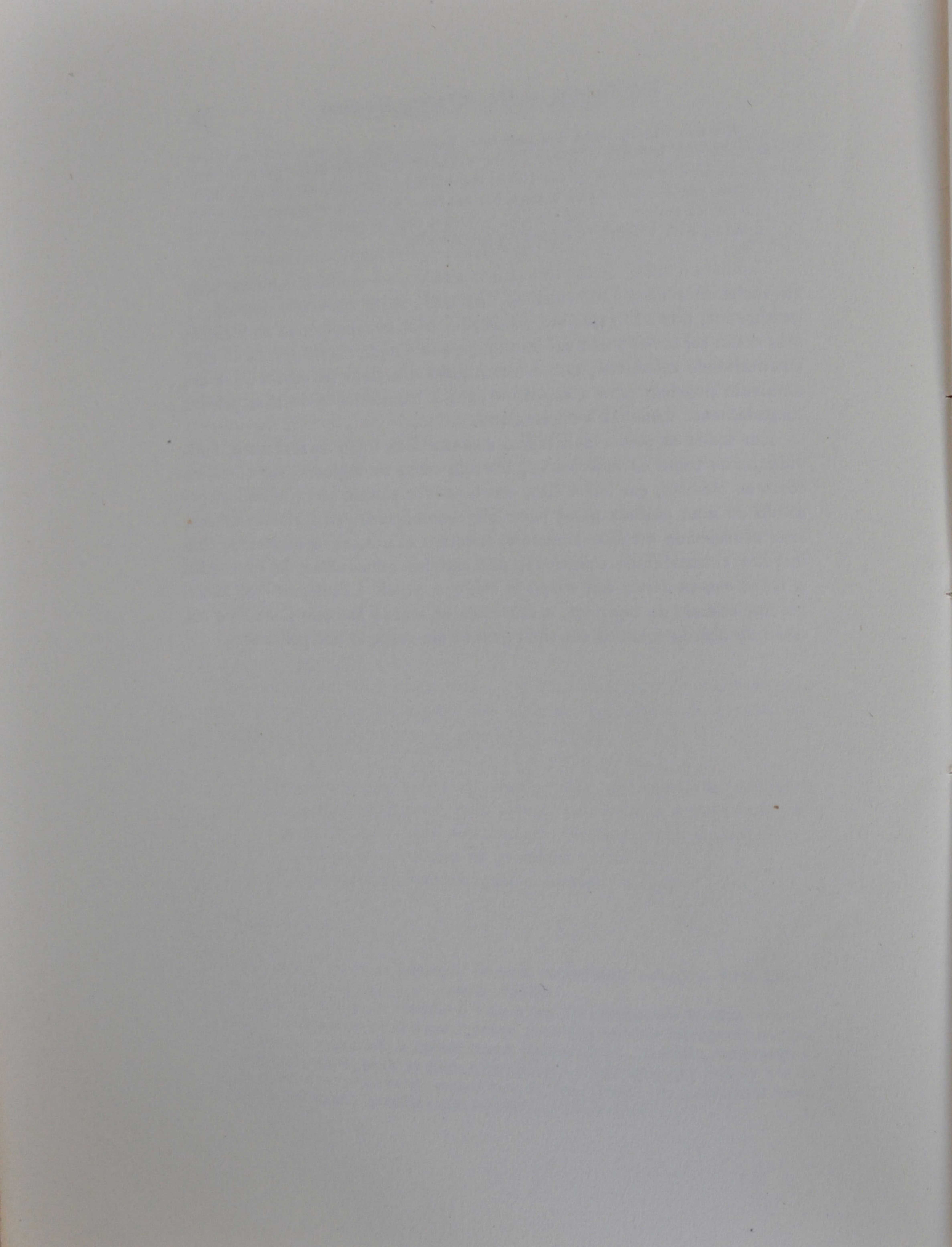
Acredito pouco na formação de uma *mentalidade colectiva*, irmã gêmea da *soberania nacional* e da *opinião pública*.

Quanto a mim, o remédio é êste: a par da propaganda intensa, a acção dirigida no intuito de alcançar o poder, para uma minoria inteligente realizar aquilo que vagamente a grande massa poderá apoiar, mas não compreender. Mais claramente: pedir ao povo o sentimento, o ambiente que facilite a obra daqueles que, plenamente conscientes da sua missão, se proponham restituir a Portugal a grandeza que os políticos lhe tiraram.

Eu não espero nada dos políticos. Espero, sim, de uma política nobre servida por homens dignos. Livro, revista... acho-os úteis para chamar a atenção dos homens de escol para o problema. Mas que, os que já se interessam por êle há muito e para êle acharam soluções, busquem pô-las em prática no ambiente novo em que vivemos, sem as peias da politiquice e os embaraços da verborreia estéril do parlamento.

Também o autor destas linhas não acredita na «opinião pública», nem na «soberania nacional» (melhor diríamos, neste caso «do povo»...) pelo menos, tais como elas são vistas pelo critério democrático do número; mas o seu septicismo não vai tam longe que duvide da existência de uma «mentalidade colectiva», que é como quem diz (*cela va de soi*...) um ambiente propício para a eclosão e para a manifestação de uma política rasgadamente nacional e nacionalista.

Em todos os povos civilizados, democráticos como os franceses, individualistas como os americanos, liberais como os ingleses, reaccionários como os alemães, em todos êles, precisamente porque são civilizados, gozando de uma cultura geral para nós desconhecida, essa «mentalidade», essa consciência ou êsse ambiente colectivo existe. Evidentemente, chamei-lhe «mentalidade colectiva», por simples comodidade de expressão: a frase estava feita, era só pô-la sôbre o papel. Chamemos-lhe, antes, porém, «estado de espírito», e ficaremos de acôrdo Marcelo Caetano e eu, como de acôrdo estamos em tudo quanto diz respeito aos políticos.





## VII

# Contra-almirante José Francisco da Silva

O depoente de hoje não necessita de apresentação: pessoa de alta categoria social e militar, o seu nome ocupa igualmente uma posição de relêvo nos meios económicos e coloniais do nosso País. Essa posição, e a cultura de quem a ocupa, não podem deixar de contribuir para que o depoimento do Sr. contra-almirante José Francisco da Silva seja o depoimento valioso que, de facto, é.

À primeira interrogação do nosso questionário:

*I— Sim ou não Portugal, potência de primeira grandeza na Renascença, guarda em si a vitalidade necessária para manter no futuro, na nova Renascença que há-de seguir-se à Idade-Média que atravessamos, o lugar de uma grande potência?*

o Sr. contra-almirante José Francisco da Silva responde:

Dignou-se V. interrogar-me sôbre certos pontos que podem constituir uma base de investigação para a reconstrução económica do País. Agradecendo a V. a distinção tributada à minha humilde pessoa, cabe-me dizer que o problema pôsto, sendo complexo tem de ser acompanhado de um exame *in loco*, dos variados aspectos da Economia Nacional, ponto de vista que há muito defendo e que considero basilar para o apuramento exacto da questão.

Pedindo a V. me releve a falta de não ter respondido logo e a inoportuniidade dêstes dizeres, eu entro já na matéria.

1.º Portugal guarda em si (metrópole e colónias) elementos essenciaes à constituição de um grande organismo económico de importante valor.

2.º É preciso visionar os problemas basilares, solucioná-los teòricamente, e transportá-los ao campo da prática.

¿Esse «organismo económico de importante valor» não será o suficiente para fazer de Portugal uma grande potência? Em parte sim, em parte não. Uma visão uni-lateral das cousas leva uns a subordinarem tudo ao político, outros ao económico. Para nós, o velho adágio latino *in medio stat virtus* guarda a sua verdade intrínseca. O problema português nem é totalmente um problema político, nem totalmente um problema económico. Os dois aspectos da questão penetram-se mutuamente, exigindo, portanto, uma solução de conjunto. De nada nos serviria um govêrno de ordem, se não soubesse aproveitar essa ordem, estabelecida a bem ou a mal na sociedade portuguesa, para desenvolver todas as possibilidades da economia nacional.

No entanto, o simples facto de Portugal constituir, ou poder constituir, um organismo económico de alto valor é o suficiente a nossos olhos para o obrigar a uma política interna e externa correspondente ao seu valor económico. O império inglês tem a política da sua economia; a Inglaterra pode mesmo, aliás, considerar-se menos uma nação — que o não é — do que uma república de mercadores, uma república consequentemente aristocrática, como Venesa. A nossa posição é outra. Portugal é uma Nação homogénea, até a mais homogénea de todas as nações da Europa: não é um país de mercadores e pode ter uma finalidade diferente da finalidade de um país de mercadores; mas o facto de ter uma economia importante é o suficiente para que dela cuide a sério, e por ela se imponha no concêrto europeu e mundial.

Será um bem, será um mal: mas o certo é que, no momento mundial que atravessamos, as questões económicas têm a preponderância sôbre as questões simplesmente políticas.

A chamada reconstituição económica da Europa tem sido assim feita ou, pelo menos, assim tem sido encaminhada. Essa subordinação do factor político ao factor económico pode trazer-nos, num futuro próximo, surpresas bastante desagradáveis. Mas nós temos que caminhar com os tempos e acompanhar o ritmo do progresso em que as outras nações caminham. E pois que todas elas procuram hoje conquistar, senão a sua autonomia económica — porque é impossível uma autonomia económica absoluta — ao menos uma posição que as liberte das preponderâncias estrangeiras, também nós devemos cuidar a fundo da nossa economia, aproveitando todas as nossas riquezas latentes e jacentes, transformando-as em riquezas reais. Por êsse caminho, não tenhamos dúvidas, também chegaremos a Roma, *id est*, a ser uma grande potência europeia.

Faltam-nos, porém, dois requisitos essenciais para a consecução dêsse *desideratum*: senso prático e espírito de continuidade. Teòricamente, tudo está estudado; é possível, mesmo, que todos êsses estudos teóricos estejam

certos; praticamente, porém, não temos nada feito. Na realidade, «é preciso visionar os problemas basilares, solucioná-los teòricamente, e transportá-los ao campo da prática». Mas, como?

Respondendo ao segundo quesito do nosso questionário:

II—¿*Sim ou não Portugal, sendo a terceira potência colonial, tem todos os direitos a ser considerada uma grande potência europeia?*

o nosso correspondente responde ao *como?* que acima deixámos:

Sendo a condição basilar de Portugal, o desenvolvimento da sua Economia, há que considerar, conjuntamente, os aspectos da Economia Metropolitana e da Economia Colonial. Um e outro dêstes pontos essenciais, exigem, para a respectiva efectivação, mais de 100 milhões esterlinos. Não havendo possibilidade de obter êste capital dentro do País, temos de procurá-lo lá fora e êsse mercado tem de ser substancialmente a Inglaterra.

100 milhões esterlinos! ¿Como encontrar tam grande soma? Em Portugal, certamente, nunca nos seria possível — êste *nunca* é, evidentemente, relativo ao momento que atravessamos — realizar tam elevada soma. A Inglaterra, certamente, poderá ceder-no-la. ¿Mas a trôco de que garantias?

Não que a Inglaterra nos viesse pedir, a trôco de um empréstimo de tanta monta, a *vassalização* política do País. ¿Mas não exigiria a sua *vassalização* económica? Ou, por outras palavras e por outro caminho, que vai dar ao mesmo ponto: ¿teria a Inglaterra interêsse em fornecer-nos dinheiro para o apetrechamento e o desenvolvimento das nossas indústrias e das nossas riquezas naturais — apetrechamento e desenvolvimento que trariam, incontestavelmente, como consequência immediata ou mediata a nossa libertação da indústria estrangeira, e a concominante redução das nossas importações? Duvidamos de que a Inglaterra nos preste o seu auxílio até ao ponto de fechar um dos canais de escoamento para a sua exportação. No dia, por exemplo, em que Portugal conseguisse utilizar todas as suas quedas de água e todos os seus jazigos carboníferos, ¿a quanto ficaria reduzida a nossa importação de carvão inglês?

Que o dinheiro é preciso, é certo. Que a nossa indústria deve desenvolver-se até atingir o seu potencial máximo, é verdade. Mas, com que fim? Com o fim, justamente de nos libertarmos da tutela económica do estrangeiro, seja da Inglaterra, seja da América, seja de qualquer outro país.

A tendência proteccionista que hoje se esboça por toda a Europa, inclusivamente na própria Inglaterra, pátria do livre-cambismo, não tem

outra finalidade. Cada país procura, justamente, libertar-se da tutela económica dos restantes países, produzindo o bastante para o consumo próprio e para trocar pelos produtos que não pode produzir; çíamos nós então, convencidos de que somos uma grande potência e de que como tal devemos ser tratados, pedir ao estrangeiro o necessário para dêle nos libertarmos? Salvo melhor opinião, parece-nos caminho errado.

Ao terceiro quesito do questionário:

III—*Sim ou não Portugal, amputado das suas colónias, perderá toda a razão de ser como povo independente no concôrto europeu?*

o Sr. contra-almirante José Francisco da Silva responde:

Não se deve admitir a hipótese de Portugal ser amputado das suas colónias. Os dois grupos geográfico-políticos formam substancialmente Portugal!

O que se torna necessário é efectivar as medidas julgadas indispensáveis à valorização das riquezas nos dois campos citados — Portugal e Colónias — de modo a constituir um organismo forte, robusto e tendendo para a unidade política e económica.

A nossa importância, na política internacional, provém da grandeza que poderíamos dar às nossas condições materiais.

Três cousas reputamos necessárias: govêrno ou governos com a visão dos problemas nacionais, angariando todos os elementos para os pôr em prática; o desenvolvimento das riquezas metropolitanas e coloniais, para o que, (àquem e além mar) é preciso afirmar e desenvolver a política fluvial económica; a aproximação de todas as colónias abrigadas pela nossa bandeira, e a das que constituem colónias de povoamento de indiscutível valor — Brasil, América do Norte, Sandwich, etc. — ligadas à mãi Pátria.

«Tudo simples, exeqüível e fácil».

Não se deve, de facto, admitir a hipótese de Portugal perder as suas colónias; mas podemos admiti-la, plausível ainda que dolorosa para o nosso patriotismo como para o nosso património, se:

a) As grandes potências em pleno florescimento e, por consequência, em pleno imperialismo, se convencerem de que sem elas ou parte delas não poderão cumprir a missão civilizadora que essas potências a elas próprias se impuseram; e

b) Se, concomitantemente, em vez de as valorizarmos e lhes darmos o desenvolvimento de que elas necessitam, nós, portugueses, desmentindo formalmente as nossas tradições de povo colonizador e civilizador, nos manifestarmos incapazes, pelos erros da política e da administração, de colocar a economia colonial à altura do seu potencial.

Sabe o meu ilustre correspondente melhor do que eu de quantas investidas, no segrêdo das chancelarias ou pela via mais moderna das com-

binações económicas, as nossas províncias ultramarinas têm sido objecto. Sem resultados? Sem resultados, felizmente. ¿Quem sabe, porém, se o *statu quo*, sem a guerra de 1914-1918 (com ou sem a nossa intervenção directa nela) não teria sido modificado contra nós? Porque, em nosso entender, no dia em que a Europa se convencer de que a sua tranqüilidade depende apenas de uma partilha equitativa do nosso património ultramarino entre as nações menos favorecidas, não haverá aliança que nos valha e nos guarde de uma tal espoliação.

¿Nesta conformidade, a verificar-se uma tal hipótese, poderia Portugal continuar a considerar-se uma grande potência europeia? Uma grande potência cujo património fôsse assim retalhado sôbre o pano verde das conferências internacionais ou no segrêdo das chancelarias, nunca poderia ser uma grande potência.

¿Que é preciso, porém, fazer-se para que tal hipótese não possa verificar-se? Justamente, o que o Sr. contra-almirante José Francisco da Silva acaba de expor.

1.º Um govêrno — ou governos, sendo impossível um govêrno para muito tempo, como parece ser sina nossa — com uma visão clara dos problemas nacionais;

2.º O desenvolvimento simultâneo das nossas riquezas metropolitanas e coloniais, cuja economia deverá constituir um bloco; e

3.º A aproximação de todas as nossas colónias dispersas pelo mundo, pelas sete partidas do mundo, desde o Atlântico ao Pacífico, tornando cada vez mais sólidos os laços que as prendem à Mãi-Pátria.

¿Que é necessário, porém, para que uma tal obre se realize?

A resposta a esta pergunta implica a resposta ao quarto quesito do questionário:

IV—¿*Sim ou não o moral da Nação pode ser levantado por uma intensa propáganda, pelo jornal, pela revista e pelo livro, de forma a criar uma mentalidade colectiva capaz de impor aos políticos uma política de grandeza nacional?*

¿*Na hipótese afirmativa, qual o caminho a seguir?*

Eis a resposta do Sr. contra-almirante José Francisco da Silva:

A propáganda é muito interessante. Sucede, porém, que a maior parte do público português vive mais do sentimento que de ideas concretas para se interessar por tais questões.

É à nossa *élite* que tais cometimentos pertencem; ¿mas não vive a nossa *élite* mais do abstracto do que de ideas concretas? Eis a questão.

Evidentemente que a maior parte do público português vive mais de sentimentos do que de ideas concretas. É, pois, a uma *élite* que essa tarefa pertence. Tanto pior, se também essa *élite* vive mais de abstracções do que de ideas concretas. Pergunta-se, porém: ¿é ou não é necessária uma obra de intensa propaganda no sentido de nos convercermos a nós próprios: 1.º, da existência de um Império Português; e 2.º, dos perigos que esse Império corre se não olharmos para êle com olhos de ver?

Parece-me que a resposta não pode deixar de ser afirmativa. O facto de viver o povo português mais de sentimentos do que de ideas concretas não é caso virgem: teriam os alemães antes da guerra — ou tê-la-ão ainda hoje —, cada um individualmente, uma idea por assim dizer técnica, concreta, do que era o seu Império e da superioridade da raça germânica? Evidentemente que não, outro tanto se podendo dizer, hoje em dia, dos italianos, cujo patriotismo Mussolini soube elevar a uma potência enorme de imperialismo.

O povo vive de sentimentos, e por isso mesmo torna-se necessário incluir, entre os sentimentos que o povo já possui, o da grandeza da sua Pátria, o da existência de um vasto Império português, em opposição à velha e falsa idea de um Portugal «país pequeno».

Quanto às *elites*, é preciso notar que, ao lado dos técnicos, dirigindo-se a um número limitado de pessoas, têm um papel igualmente preponderante os criadores de ideas e de sentimentos, que são abstracções criadoras ou destruidoras, positivas ou negativas, conforme o sentido em que são orientadas. Para uma obra comum, todos estes elementos podem e devem reunir-se; reunidos, depressa atingirão o objectivo proposto.

Falta apenas começar . . .

## VIII

### Dr. Fernando Garcia (†)

O Dr. Fernando Garcia, que hoje depõe, é possivelmente um desconhecido para os leitores dêste jornal, excepto para os de Setúbal onde é conhecido pela sua reputação de médico distinto, pela sua função de subdelegado de saúde, e conhecido ainda pelos seus escritos nos vários jornais locais, onde é, como já tem sido na imprensa de Lisboa, apenas *João Semana*.

Espírito de vasta cultura, pensador não poucas vezes original, escritor de merecimento, o Dr. Fernando Garcia teria o seu lugar marcado na primeira fila dos *ensaístas* portugueses — se entre nós houvesse *ensaístas* que não fôsem puras excepções, casos esporádicos num país que não sabe ler e muito menos pensar. Os poucos trabalhos que tem publicado em volume — *A liberdade religiosa e o jacobinismo político*, *Sidónio País*, *Nacionalismo* (sob o título geral de *Ensaaios de psicologia política*) e a *Fisiologia de Setúbal (estudo de geografia humana)* — são de molde a comprovar o que acima dissemos. Se o leitor, porém, não dá crédito às nossas opiniões, não tem mais do que procurar nas livrarias os trabalhos a que acabamos de fazer referênciã.

Antes de responder ao nosso questionário, o meu ilustre correspondente entende do seu dever fazer algumas observações preliminares:

Antes de responder, há que determinar com precisão os termos em que o questionário está feito, de forma a não deixar de maneira alguma possibilidade de um duplo emprêgo, de uma dupla significação que falseie, por incompleto, o juízo do leitor e que o leve a atribuir ao autor ideas que êle não tem.

Ê preciso também collocarmo-nos num ponto de vista puramente objectivo, pondo de parte sentimentalismos patrióticos, sempre muito respeitáveis,

e fonte perene de todos os grandes empreendimentos nacionais, mas absolutamente impróprios para por êles se pautar o juízo sereno e frio das realidades positivas.

Nesta dupla ordem de ideas, parece-me muito contestável a qualificação de «grande potência» que V. atribue a Portugal na Renascença. «Grande potência» não é o mesmo que «potência grande». Esta expressão tem politicamente uma significação precisa: potência que influe directamente, voluntariamente e de maneira assinalada no jôgo da política europeia, pela fôrça das suas armas, pela sua acção económica voluntária, pela situação geográfica do seu território, pela influênciada sua mentalidade nacional, etc.

Ora nós, em virtude da nossa vocação atlântica e transatlântica, por um lado, pela nossa situação geográfica, por outro, estivemos sempre, durante a Renascença, fora do grande movimento político do tempo, que girou, por um lado, em tórno da bacia mediterrânea, por outro, a um e outro lado da linha, mais ou menos móvel, que separa o mundo latino do mundo germânico.

Nós só influímos no mundo muito indirectamente, pelas dificuldades ou pelo acréscimo de poder que podíamos trazer à Espanha, ou pelo resultado indirecto que as descobertas marítimas exerceram sôbre a economia da época.

«Potência grande», pela magnitude da epopeia ultramarina, fômo-lo de certo; «grande potência», não fomos.

Outros mais pequenos o foram. A Senhoria de Veneza, por exemplo.

Potência grande ou grande potência, se rigorosamente não significam a mesma cousa, para o nosso caso a diferença não interessa, porque os significados que a ambas atribuímos se confundem. O que nós queremos, quando afirmamos que o papel desempenhado pela Nação Portuguesa durante a Renascença foi o papel de uma grande potência (ou potência grande), é contrapô-lo ao papel mais que secundário que hoje desempenhamos no mundo. Se durante a Renascença não influímos «directamente, voluntariamente e de maneira assinalada, no jôgo da política europeia, pela fôrça das nossas armas, pela nossa acção económica voluntária», o certo é que, precisamente pela nossa posição geográfica, conseguimos deslocar o eixo da civilização do Mediterrâneo para o Atlântico. A nossa vocação atlântica e transatlântica, descobrindo mundos, exerceu, apesar de tudo, grande influênciada sôbre a economia da época — influênciada tam grande que pode bem dizer-se que foram os descobrimentos portuguezes que criaram a economia moderna.

Se não fomos uma grande potência, fomos, no entanto, «pela magnitude da epopeia ultramarina», potência grande. Hoje, porém, que somos? Entre a potência grande que fomos e a *quantité négligeable* que somos hoje, há, naturalmente, um abismo; e é relativamente a êsse abismo que nós temos a preocupação — possivelmente infantil — de que os portuguezes poderão, *se quiserem*, fazê-lo desaparecer. Quando Portugal souber valorizar o que lhe resta da sua epopeia ultramarina, quando quiser ou



souber aproveitar os recursos da sua vocação atlântica e transatlântica — que subsiste, visto ser filha da nossa posição geográfica —, nesse momento poderemos recuperar bastante do terreno perdido e desempenhar no mundo um papel idêntico ao que desempenhámos na Renascença. E nesse momento, quer sejamos uma grande potência ou uma potência grande, o objectivo nacional português estará alcançado.

Arrumada a questão prévia, vejamos o nosso primeiro quesito e a resposta que lhe dá o Dr. Fernando Garcia. Preguntámos nós:

*I—¿Sim ou não Portugal, potência de primeira grandeza na Renascença, guarda em si a vitalidade necessária para manter no futuro, na nova Renascença que há-de seguir-se à Idade-Média que atravessamos, o lugar de uma grande potência?*

Resposta:

Entrando na matéria do primeiro quesito. ¿Poderemos nós vir a ter o lugar de uma grande potência? É claro que não, pois a acção de uma grande potência exige meios materiais de riqueza e população, a que nós não poderemos nunca aspirar. Esta é que é a verdade, em que ela pese ao nosso patriotismo.

Não quiere isto, porém, dizer que sejamos *quantité négligeable*, se os destinos nos permitirem e nós soubermos manejar o jôgo que temos nas mãos. Ele contém ainda muito bons trunfos que, oportunamente manejados, nos dariam um lugar marcado entre as potências de «interesses limitados», como diz elegantemente o Tratado de Versalhes.

Estamos, pois, de acôrdo, o Sr. Dr. Fernando Garcia e eu. Os trunfos de que dispomos são suficientes para nos garantirem no mundo um lugar semelhante ao da Espanha — que não tem colónias —, ao da Bélgica, ao da Holanda, para não irmos mais longe. Será pedir muito? ¿Serão ambições demasiadas para as nossas possibilidades? Julgamos que não. Já nos daríamos por satisfeitos se Portugal conseguisse figurar, de um momento para o outro, entre as potências de «interesses limitados» do Tratado de Versalhes. Depois de lá chegarmos se veria se teríamos mais alguma cousa a desejar.

A Itália, ainda há bem poucos anos, era uma potência secundária. Mussolini soube ressuscitá-la, galvanizá-la e abrir-lhe caminhos para mais largos destinos. A Itália, hoje, *pesa* alguma cousa. ¿Porque não há-de acontecer o mesmo a Portugal, que dispõe de um império ultramarino riquíssimo, como a Itália não possui?

Vejamos agora o nosso segundo quesito:

II—*Sim ou não Portugal, sendo a terceira potência colonial, tem todos os direitos a ser considerada uma grande potência europeia?*

Eis a resposta:

Quási respondido está também o segundo quesito; a questão colonial em nada altera o que atrás dissemos. Se desenvolvêssemos culturalmente as nossas colónias, de forma a tirar delas a nossa fôrça política, é evidente que elas tomariam os seus destinos nas suas mãos, como já fez o Brasil. É perigoso ter ilusões a êsse respeito, embora seja verdade que nós poderemos ter sempre uma certa influência política pela situação estratégica do nosso território, pelo nosso papel segregador dentro da Península, pela influência moral que exercemos nos países que colonizámos.

Tudo isto é, como se vê, de carácter muito limitado e muito indirecto, e anda longe do conceito que se faz de uma grande potência, conceito que cada vez é mais exigente.

Neste capítulo não temos nós ilusões algumas. Tarde ou cedo, todas as nossas províncias ultramarinas seguirão o caminho do Brasil. Mas, ainda mesmo que fôsse *cedo*, ¿daqui a quantos anos poderia isso acontecer?

A sorte das nossas províncias ultramarinas há-de ser a sorte das colónias do império britânico e da de todos os outros impérios. Chegadas à sua maioridade, as colónias emancipam-se, em face da metrópole, como nós em face do poder paternal. Está escrito. Mas, porque mais tarde ou mais cedo isso nos há-de acontecer, ¿haveremos de abandonar o nosso património ultramarino à ignorância e à preguiça do indígena? Porque Angola será no futuro uma nação portuguesa — filha do génio português, como filho do génio português é o Brasil —, ¿não havemos de tratar hoje da sua cultura e da sua economia? O desenvolvimento cultural e económico das colónias só pode, apesar de tudo, trazer-nos benefícios: por um lado porque desenvolveremos assim a riqueza nacional — e êste é o benefício immediato —; por outro lado — e êste é o benefício mediato — porque assim imprimiremos mais fortemente o cunho português a essas novas nações. Êsse cunho português, dando-nos margem a uma certa influência moral sôbre as nações saídas das nossas colónias, será ainda um trunfo poderoso no jôgo da política mundial do futuro.

Vejamos agora o nosso terceiro quesito:

III—*¿Sim ou não Portugal, amputado das suas colónias, perderá toda a razão de ser como povo independente no concôrto europeu?*

Resposta do Dr. Fernando Garcia:

O terceiro quesito, pela forma como está redigido, confirma tudo quanto temos dito. Pois se êle encara já a possibilidade da amputação das nossas colónias; já isto é, antes de as cunharmos com o espírito da nossa nacionalidade, como fizemos ao Brasil...

Respondendo directamente à pergunta dêste quesito, nos próprios termos em que êle está formulado, entendemos que no estado actual de balcanização da Europa, Portugal, mesmo sem colónias, pode conservar a sua independência.

Se essa balcanização desaparecer, então o caso é muito diverso.

A tendência natural da Europa, afirmada desde a Renascença, é para a formação de grandes unidades, e a meu ver essa tendência não está morta, sofre apenas de uma crise causada pela grande guerra e pela aplicação em grande do princípio das nacionalidades, que no actual momento as pulveriza, talvez precisamente para com mais facilidade as aglomerar depois.

A meu ver, porém, a nossa independência corre no momento actual um grande perigo, e os nossos sentimentos patrióticos devem levar-nos a não o esconder ante nós mesmos: e êsse perigo vem da Espanha.

Sem pôr em dúvida os sentimentos tantas vezes afirmados por Afonso XIII e por Primo de Rivera, sentimentos que julgo sinceros, dada a lealdade dêstes dois personagens, que estão fazendo tudo quanto há de mais distinto de uma política maquiavélica, o que é certo é que não devemos descansar sôbre essas afirmações reiteradas.

Os governos são muitas vezes forçados a ir onde não querem, e isso pode acontecer se a situação recíproca dos dois países se acentuar, como infelizmente há que reccar.

Só quem queira ser cego é que deixa de constatar um facto: e é que a Espanha progride, enquanto que nós nos mantemos estacionários. Dizer isto, é já grande favor ao nosso orgulho.

A Espanha concentrou a sua acção de govêrno, desenvolve diàriamente as suas fôrças económicas, intensifica o saber e a competência das suas *élites*, tem um exército que realizou a bela *performance* do desembarque de Alhucemas, admirada por todos os técnicos, desenvolve a sua marinha mercante, dispõe de uma diplomacia que é talvez hoje a primeira da Europa (Léon y Castilo, Quiñones de Léon, etc.). Numa palavra, a sua tensão nacional cresce de dia para dia, enquanto que a nossa está pelo menos estacionária.

Ora, encerrados dentro da mesma Península, Portugal e Espanha representam fatalmente dois vasos comunicantes, e êste desequilíbrio de tensão, a manter-se, traz fatalmente o predomínio do mais intenso. Não haja ilusões a êste respeito.

Ou Portugal atinge rapidamente o nível económico, cultural e político da Espanha, ou a nossa independência está fatalmente perdida. As nações têm uma *vis* interna, uma vontade sub-liminal a que nada resiste.

A nosso favor só existe uma hipótese: a possível desagregação nacional da Espanha pela Revolução democrática. Mas, sob o ponto de vista português, não sei se esse remédio seria pior do que o mal.

A história mostra-nos sempre a independência portuguesa dependente de um desenvolvimento paralelo das instituições políticas e económicas nos dois países, em ordem ao equilíbrio. Uma única vez houve o desequilíbrio: Alcácer-Quibir; o resultado sabe-se.

Ora no momento actual esse desequilíbrio reproduziria e traria as mesmas conseqüências, se a mentalidade colectiva da nação, se a acção central do governo lhe não puser remédio, acelerando o progresso económico e cultural, concentrando o poder em mãos hábeis e em cabeças sólidas, que saibam o que querem e não tenham a fobia dos meios capazes de realizar o seu propósito nacional.

Neste momento o nosso nacionalismo atinge plenamente os limites do problema político, e nesse limite nos detemos, por mais de uma razão. O leitor pode, porém, desenvolver por si esse problema.

Já dissemos acima o que pensávamos acêrca da futura amputação das províncias ultramarinas à metrópole portuguesa. Quanto ao que seremos quando um dia as perdermos, tudo depende da maneira por que as perdermos. Se as colónias se emanciparem *normalmente*, isto é, seguindo o caminho do Brasil e de todas as outras colónias dos vários impérios mundiais, a nossa posição na política mundial pouco sofrerá: guardará as suas posições, visto que, para elevar as colónias à dignidade de nações independentes, torna-se mester que Portugal se tenha *reaportuguesado* e revalorizado por completo, sendo nessa altura, por conseqüência, uma potência grande, se não uma grande potência. Esta hipótese é a mais agradável para nós: ¿mas será também a mais verosimil? A hipótese desagradável, duplamente desagradável, seria, não a de perdermos as nossas províncias ultramarinas, mas a de no-las roubarem, sob o pretexto de não termos capacidade nem recursos, em dinheiro e em população, para as desenvolvermos.

As nações que no-las cobiçam não se cansam de tocar essa tecla do piano; e mau serviço prestaremos nós ao País se, em vez de procurarmos convencê-lo de que tem, em si, os recursos necessários para valorizar o seu património ultramarino, recorrendo ao capital estrangeiro sempre que isso seja imprescindível, o levarmos à convicção da sua impotência para uma tal obra. Se as colónias nos fôsem tiradas em holocausto às ambições de povos mais fortes do que nós, ou para garantir a *paz universal*, no dia em que a Alemanha ou a Itália não tenham onde lançar o excesso da sua população (*tout arrive . . .*) ¿nesse dia, que faremos nós? ¿que vale-